

PARA ONDE VAI O **\$**SEU DINHEIRO

22^a edição

Versão simplificada do Parecer
Prévio das contas/2023 prestadas
pelo governador do Estado
ao Tribunal de Contas
de Santa Catarina

2024



PARA ONDE VAI O \$EU DINHEIRO

22^a edição

Assessoria de Comunicação Social

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Jeferson Luis Cioatto Dias (MTb/SC 00399 JP)

COMITÊ EDITORIAL

Alana Alice da Cruz Silva

Estêvão Salles da Costa

Jeferson Luis Cioatto Dias

Júlia Maria Leal dos Santos

Magda Audrey Pamplona (MTb/SC 02228 JP)

Marcelo da Silva Mafra

Marcus Aurélio Furtado

Marisaura Rebelatto dos Santos

TEXTOS

Dauro Veras (MTb/SC 00471 JP)

REVISÃO GRAMATICAL

Nathalia Helen Machado Coelho

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO e GERAÇÃO DE ILUSTRAÇÕES POR IA

Ayrton Cruz

INFOGRÁFICOS

Fábio Abreu

PARA ONDE VAI O \$ SEU DINHEIRO

22ª edição

Versão simplificada do Parecer Prévio das contas prestadas pelo governador do Estado ao Tribunal de Contas de Santa Catarina

(Conforme artigo 48 da Lei Complementar 101/2000)

Contas do Governo – Ano 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S231p Santa Catarina. Tribunal de Contas do Estado
Para onde vai o seu dinheiro 22: versão simplificada do parecer prévio sobre as contas prestadas pelo governador do Estado ao Tribunal de Contas de Santa Catarina. [Recurso eletrônico]. Florianópolis: TCE, 2024.

Contas do Governo: Exercício 2023.
Edição digital; 53 p.
Modo de acesso: World Wide Web
E-book: 14 MB; PDF.

1. Administração pública – Contas. 2. Tribunal de Contas de Santa Catarina – Parecer. I. Título. II. Tribunal de Contas de Santa Catarina.

CDU 341.3852

Sílvia M. B. Volpato
Bibliotecária CRB 14/408



PARA ONDE VAI O \$EU DINHEIRO

22ª edição

Análise das contas prestadas pelo governador do Estado referentes ao exercício de 2023

CONSELHEIROS

Herneus João De Nadal
(*Presidente*)

José Nei Alberton Ascari
(*Vice-Presidente*)

Adircélio de Moraes Ferreira Júnior
(*Corregedor-Geral*)

Wilson Rogério Wan-Dall
(*Supervisor da Ouvidoria*)

Luiz Roberto Herbst
(*Supervisor do Instituto de Contas*)

Luiz Eduardo Cherem

Aderson Flores

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Gerson dos Santos Sicca

Cleber Muniz Gavi

Sabrina Nunes Iocken

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Diogo Roberto Ringenberg
(*Procurador-Geral*)

Cibelly Farias
(*Procuradora-Geral Adjunta*)

Sérgio Ramos Filho
(*Procurador*)

RELATOR DAS CONTAS DO GOVERNO/2023

Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior

EQUIPE QUE ATUOU NO RELATÓRIO TÉCNICO

AUDITORES FISCAIS DE CONTROLE EXTERNO

Adriana Nunes da Silva

Alana Alice da Cruz Silva

Edésia Furlan

Estêvão Salles da Costa

Gilson Aristides Battisti

Gissele Souza de Franceschi Nunes

Gustavo Fontana Canella

James Hollyfyld Carvalho Câmara

Juliana Medeiros das Neves Moser

Luan Burin da Rosa

Lucas do Nascimento Magalhães

Marcelo da Silva Mafra

Moughan Larroyd Bonnassis

Paulo João Bastos

SERVIDORES DO GABINETE DO RELATOR QUE ATUARAM NO RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR

Ademar Casanova

Fabiana Besen

Francielly Stähelin Coelho

Gustavo Silva Cabral

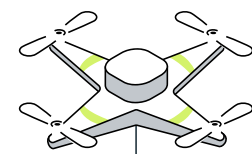
Marcelo Brognoli da Costa

Marisaura Rebelatto dos Santos

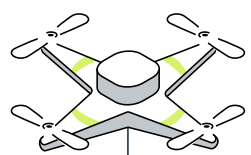
Júlia Maria Leal dos Santos



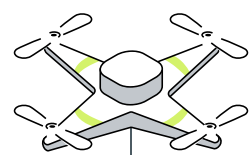
SUMÁRIO



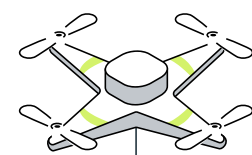
APRESENTAÇÃO



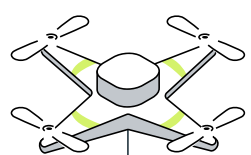
O PROCESSO
DE PRESTAÇÃO
DE CONTAS



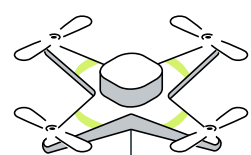
1
INDICADORES
SOCIAIS E
ECONÔMICOS



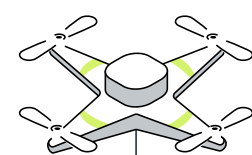
2
PLANEJAMENTO
E EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA



3
GESTÃO FISCAL



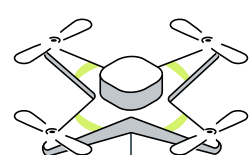
4
MEIO AMBIENTE



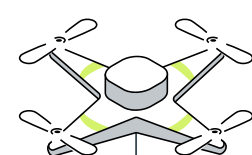
5
EDUCAÇÃO



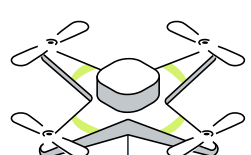
6
FUNDOS



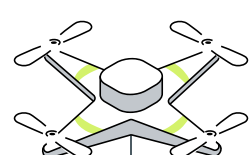
7
SAÚDE



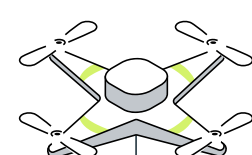
8
SEGURANÇA
PÚBLICA



9
PREVIDÊNCIA



10
CONSIDERAÇÕES
FINAIS



11
FINAL
CONSIDERATIONS

PARA ONDE
**VAI O \$EU
DINHEIRO**

Clique no logotipo
localizado no rodapé
de todas as páginas
para voltar a este menu



Clique e navegue
de forma rápida
pela publicação

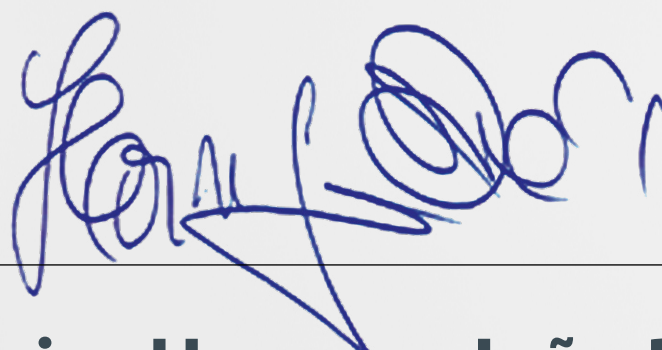
APRESENTAÇÃO

Para Onde Vai o Seu Dinheiro é a versão simplificada do parecer prévio do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) sobre a gestão dos recursos públicos pelo governo do Estado. O parecer serve de base para o julgamento das contas pela Assembleia Legislativa.

Esta publicação anual chega à 22ª edição garantindo o direito à informação, valor fundamental para a democracia, como determina a Constituição do Brasil. Ela também favorece a transparência da gestão das contas públicas, exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Compartilhe essas informações com familiares, amigos e conhecidos. Leia ainda a íntegra do **parecer prévio do TCE/SC**.

Fiscalizar a aplicação do dinheiro público é um exercício de cidadania que contribui para a transformação social e a conquista de direitos.



Conselheiro Herneus João De Nadal

Presidente do TCE/SC

O PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Todos os anos, o governador do Estado deve fornecer informações à Assembleia Legislativa (Alesc) sobre a gestão do dinheiro público do ano anterior, em um prazo de até 60 dias depois da abertura da sessão legislativa. A prestação de contas é feita por meio do **Balanço Geral do Estado**, composto por informações contábeis e socioeconômicas.

Para julgar as contas do governo, a Alesc recebe orientação técnica do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), que emite um parecer prévio, conforme determina o artigo 59 da Constituição Estadual. Esse processo tem várias etapas, que incluem a elaboração de um Relatório Técnico e de diversos pareceres **(veja na página 8)**.

A prestação de contas relativa a 2023 se refere ao primeiro ano concluído do mandato do governador Jorginho dos Santos Mello.



PASSO A PASSO



Fonte: Regimento Interno do TCE/SC.

CAPÍTULO

1

PARA ONDE
VAI O \$EU
DINHEIRO

INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS

Santa Catarina ocupa a segunda posição geral no **Ranking de Competitividade** entre as unidades federativas, liderando nos temas sustentabilidade social, segurança pública e capital humano. Em 2023, o Estado registrou a menor taxa de desemprego e a quarta maior média salarial do país.








RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

- 1º São Paulo
- 2º Santa Catarina**
- 3º Paraná
- 4º Distrito Federal
- 5º Rio Grande do Sul
- 6º Minas Gerais
- 7º Goiás
- 8º Mato Grosso
- 9º Mato Grosso do Sul
- 10º Espírito Santo





Fonte: Ranking de Competitividade dos Estados.

AVALIAÇÃO POR PILAR TEMÁTICO

-  **1º lugar**
Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Capital Humano
-  **3º lugar**
Eficiência da Máquina Pública, Infraestrutura, Inovação
-  **4º lugar**
Potencial de Mercado
-  **5º lugar**
Educação, Sustentabilidade Ambiental
-  **7º lugar**
Solidez Fiscal

PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES DE SANTA CATARINA

EUA		14,60%
China		14,57%
Argentina		7,05%
México		5,98%
Chile		5,03%
Japão		3,95%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.



Economia diversificada

Santa Catarina tem área de 95.730 km², cerca de 1% do território nacional. Décimo Estado mais populoso do Brasil, tinha 7,61 milhões de habitantes em 2022, o equivalente a 3,75% da população brasileira, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Estado é formado por 295 municípios. Em número de habitantes, os oito maiores são Joinville (616,3 mil), Florianópolis (537,2 mil), Blumenau (361,3 mil), São José (270,3 mil), Itajaí (264,1 mil), Chapecó (254,8 mil), Palhoça (222,6 mil) e Criciúma (214,5 mil).

A economia catarinense é bastante diversificada, com destaque para indústria, agricultura, agroindústria, comércio exterior, turismo, pesca e aquicultura, serviços e tecnologia. Santa Catarina tem o sexto maior Produto Interno Bruto (PIB) do país: R\$ 428,6 bilhões em 2021. O Balanço Geral do Estado (BGE) estima que, em 2023, o PIB catarinense cresceu 3,7% em relação ao ano anterior.

Em 2023, o Estado **exportou US\$ 11,57 bilhões**, que correspondem a 3,41% das exportações brasileiras. Os principais produtos vendidos ao exterior foram carnes de aves, carnes suínas e soja. No ano, o saldo da balança comercial, isto é, a diferença entre exportações e importações, registrou um **déficit de US\$ 17,20 bilhões**. Quer dizer que o Estado comprou mais do que vendeu.



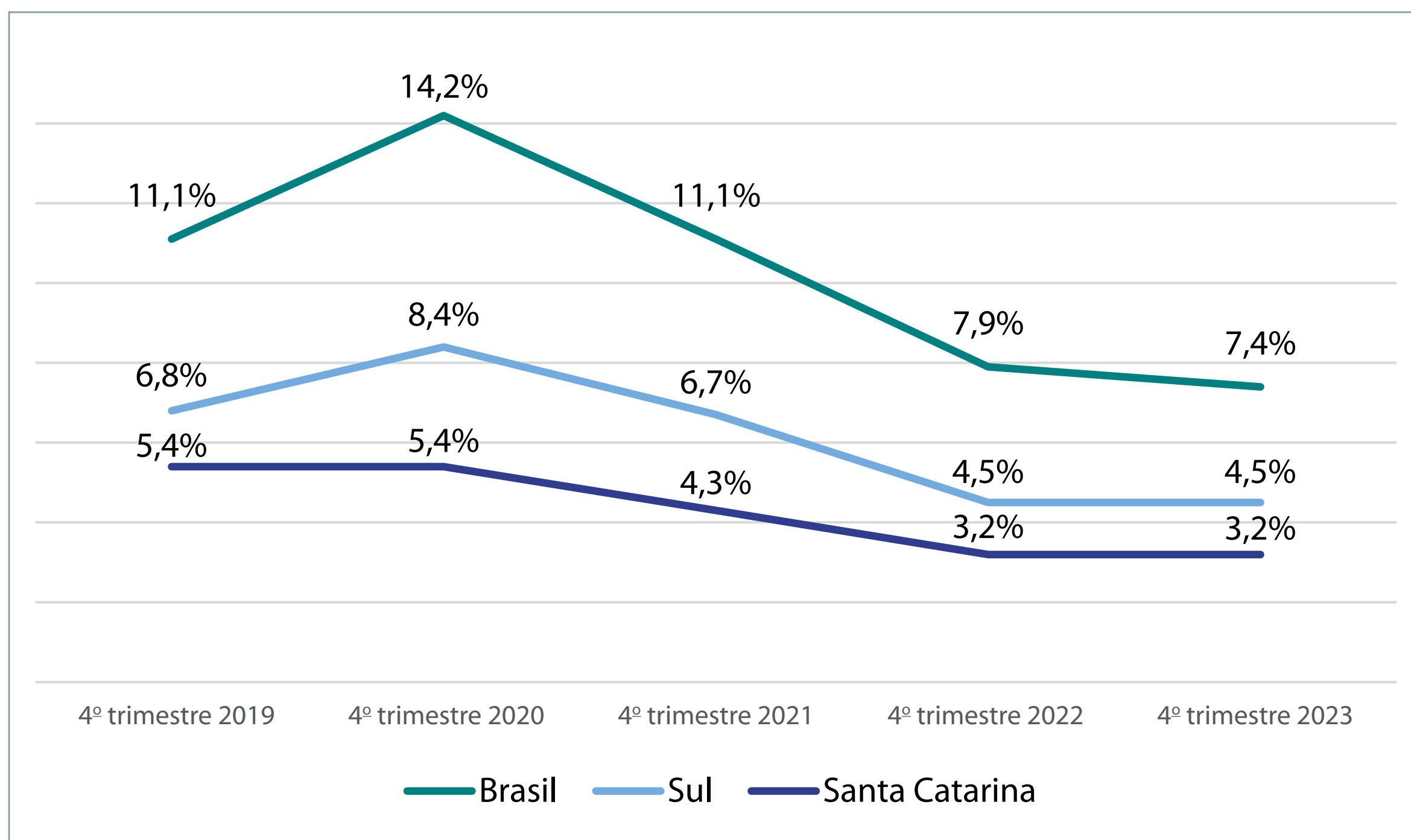
Competitividade e baixo desemprego

Pelo **sétimo ano consecutivo**, Santa Catarina manteve a segunda colocação no **Ranking de Competitividade dos Estados**, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP). Na avaliação por pilar temático, ocupa o primeiro lugar em sustentabilidade social, segurança pública e capital humano; e terceiro em eficiência da máquina pública, infraestrutura e inovação.

Santa Catarina tem a menor taxa de desemprego do país: 3,2% no último trimestre de 2023, conforme o IBGE. Essa taxa é igual à de 2022 e a menor dos últimos cinco anos. É também inferior à da Região Sul (4,5%) e à da média brasileira (7,4%). Em média, 40% dos empregos se concentram em serviços e 31,6% na indústria.

O Estado tem o **quarto maior salário médio real** do Brasil, atrás apenas do Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro. A taxa de participação de pessoas com 14 anos ou mais na força de trabalho no quarto trimestre de 2023 foi de 68,3%, maior que a média da Região Sul (66,1%) e que a nacional (62,2%).

TAXA DE DESOCUPAÇÃO – BRASIL, REGIÃO SUL E SANTA CATARINA



Fonte: IBGE. Acesso em: 19/02/2024.

 CONFIRA A ÍNTEGRA DO QUE DIZ O RELATÓRIO SOBRE INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS.

CAPÍTULO

2

PARA ONDE
VAI O \$EU
DINHEIRO

PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em 2023, a área que mais recebeu dinheiro do orçamento do Estado foi a previdência. Na comparação com 2022, os gastos em educação, agricultura e transporte foram menores, enquanto os gastos em saúde, cultura, e ciência e tecnologia aumentaram. Houve também aumento na renúncia de receita. O governo lançou um plano de ajuste fiscal para equilibrar as finanças.

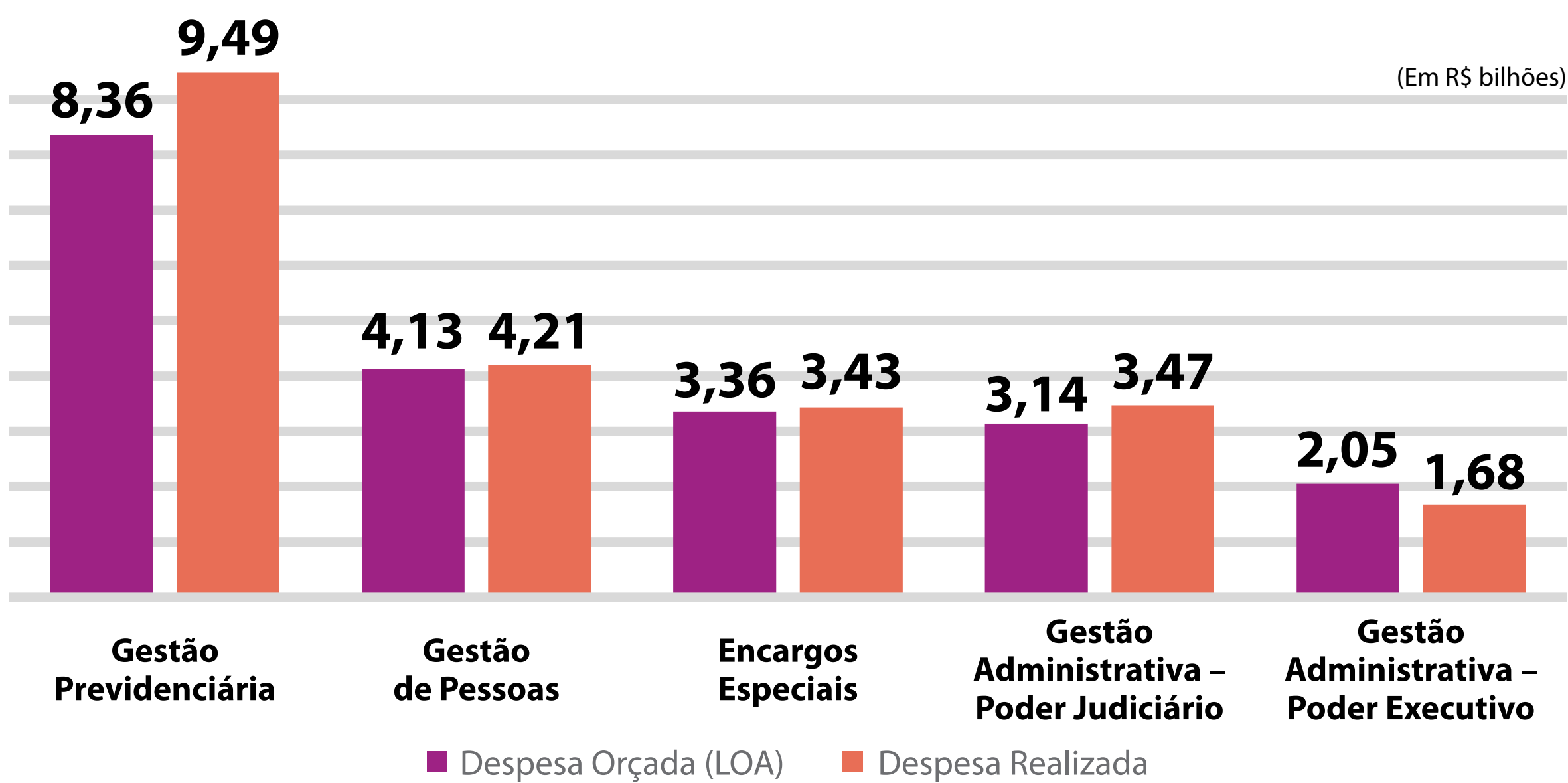
Viu que a renúncia de receita cresceu mais que o projetado?

É importante avaliar bem qual o retorno social que essa medida traz.

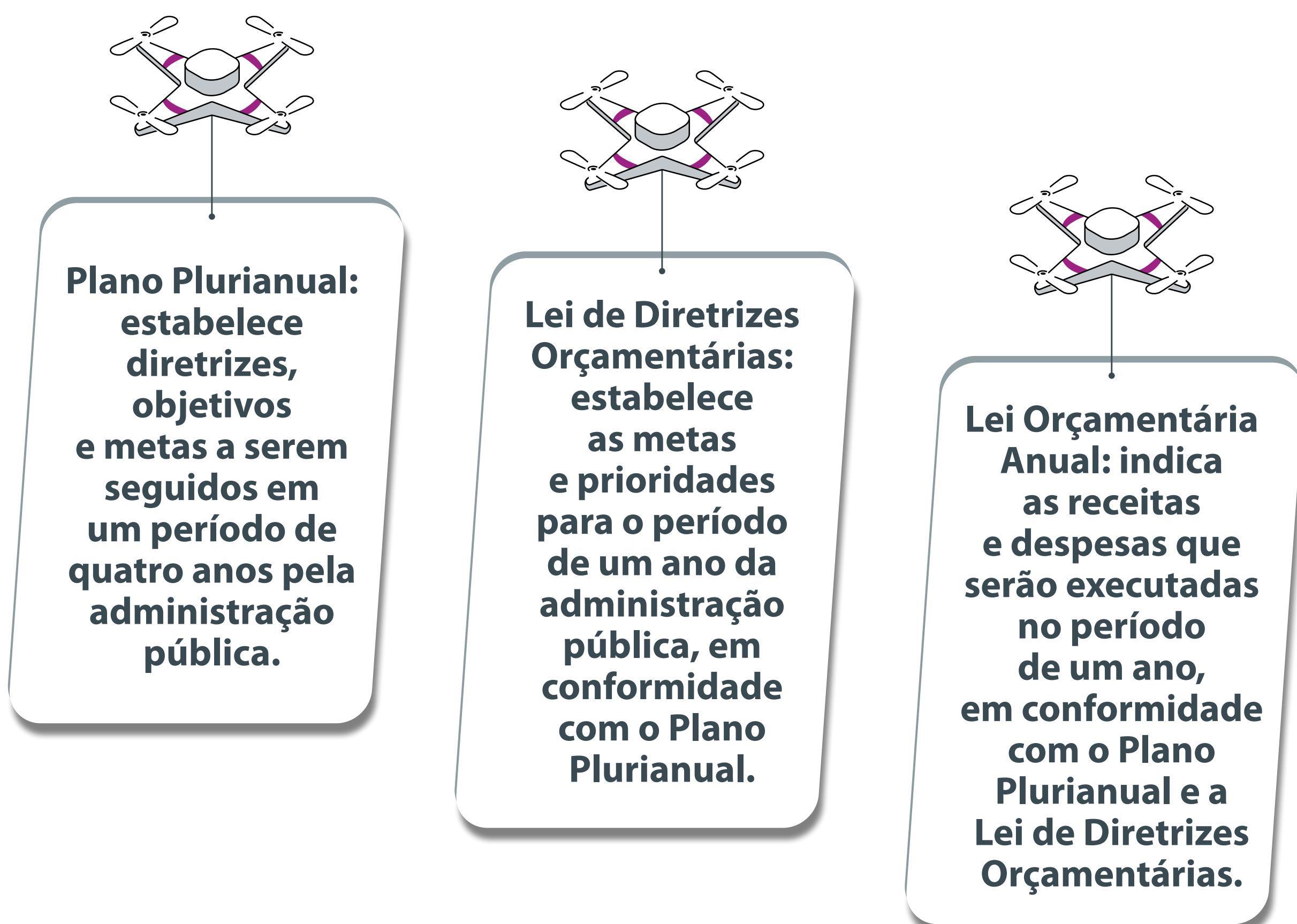


Fazer uma gestão fiscal responsável depende de planejamento, transparência e equilíbrio. Por isso, as leis orçamentárias – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) – são vitais para o controle das finanças públicas. O bom planejamento dá uma visão clara sobre as fontes de dinheiro e as prioridades.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMAS – 2023



Fonte: Demonstrativo da execução orçamentária por Programa 2023 – Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (Sigef).



O Plano Plurianual 2020/2023 **previu R\$ 140,22 bilhões** para o orçamento fiscal, que se refere ao orçamento dos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, incluindo fundações instituídas e mantidas pelo poder público, e também da seguridade social. Nesses quatro anos, o total de **despesas realizadas** – ou seja, o dinheiro que o governo gastou de fato – **foi de R\$ 149,39 bilhões**, 6,54% a mais que o planejado.

Em 2023, o programa temático com maior despesa foi o de Valorização dos Profissionais da Educação (R\$ 3,66 bilhões), seguido do Programa de Melhoria Estrutural da Segurança Pública (R\$ 3,09 bilhões). A execução orçamentária dos programas temáticos, isto é, o processo de usar o dinheiro previsto no orçamento, foi 5,28% inferior à planejada.

O governo do Estado lançou um Plano de Ajuste Fiscal para reduzir os gastos públicos considerados não essenciais. Segundo o **Balanco Geral do Estado**, as medidas garantiram uma economia aproximada de R\$ 876 milhões no ano. Como o seu término estava previsto para 2024, só será possível avaliá-lo melhor no próximo ano.

Renúncia de receita

Renúncia de receita é um tratamento diferenciado do ente federativo (União, estados, Distrito Federal e municípios) para a promoção do desenvolvimento regional ou o estímulo de algumas atividades econômicas. Ela ocorre por concessão, prorrogação ou ampliação de benefícios tributários, financeiros e outros.

Em 2023, a renúncia de receita do governo de Santa Catarina **somou R\$ 21,65 bilhões**. Desse valor, a maior parte (74,39%) ocorreu via crédito presumido, uma espécie de desconto antecipado nos impostos que o governo dá a empresas para reduzir custos e incentivar atividades econômicas.

No ano, o valor da renúncia foi 6,62% maior que o projetado pela LDO.



Receita orçamentária

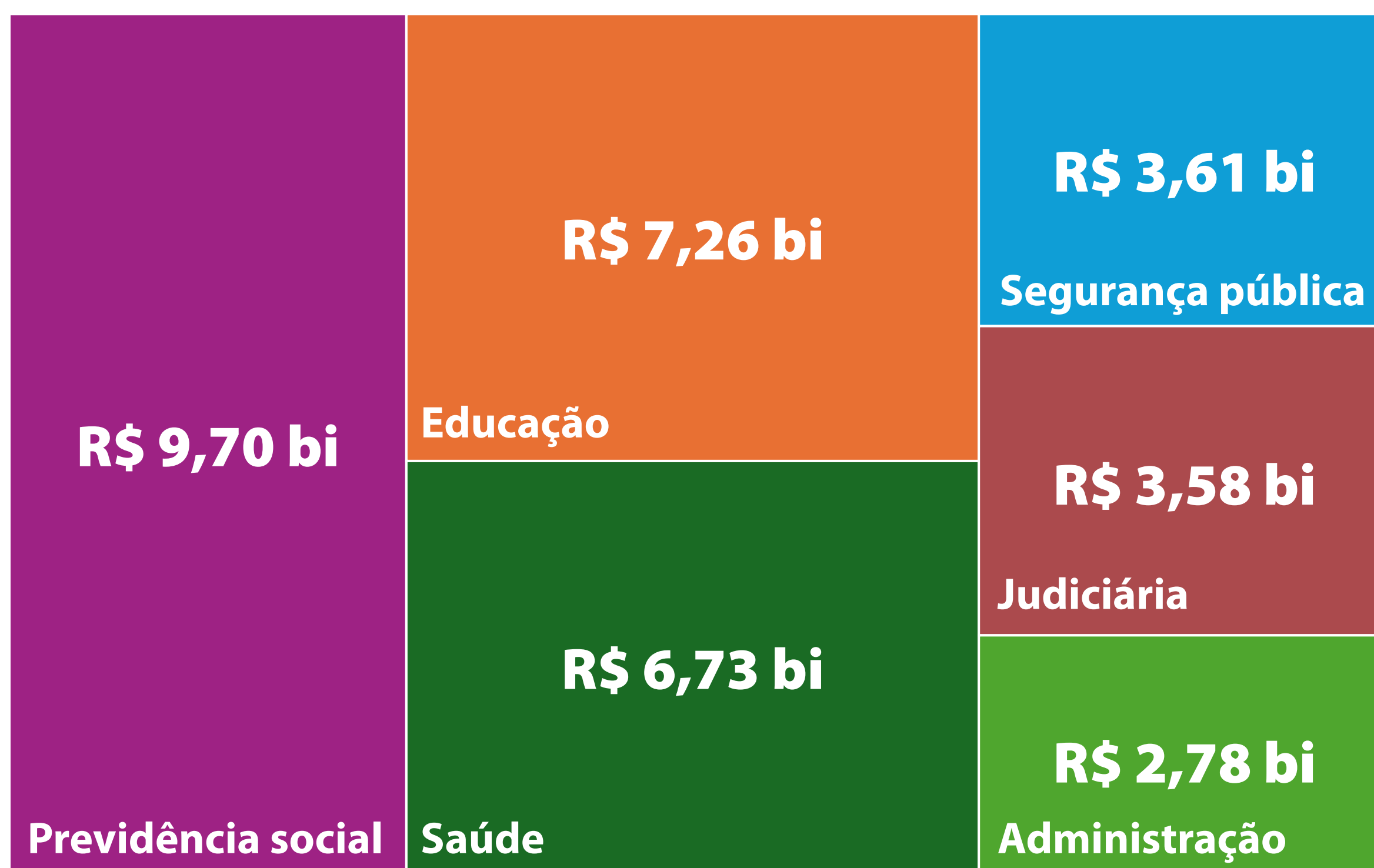
A Lei Orçamentária Anual estimou uma **receita de R\$ 44,12 bilhões** para o exercício financeiro de 2023. No ano, a receita líquida do Estado, isto é, o valor em caixa depois das deduções legais para executar as ações previstas no orçamento, atingiu R\$ 45,66 bilhões, 3,48% a mais que o previsto.

As arrecadações das receitas intraorçamentárias correntes também superaram as previsões. Já as receitas de capital somaram R\$ 150,94 milhões, confirmando uma tendência de redução nos últimos quatro anos. Destaca-se o valor obtido por meio de empréstimos, que somou R\$ 18,80 milhões, contra R\$ 37,70 milhões em 2022.

Despesa orçamentária

Em 2023, o total de **despesa autorizada** pelo orçamento foi de **R\$ 49,73 bilhões**, já incluindo os acréscimos e reduções legais. A despesa empenhada, ou seja, a reserva de dinheiro do orçamento para fins específicos, somou R\$ 43,93 bilhões, 88,33% da despesa autorizada.

AS SEIS FUNÇÕES COM MAIORES DESPESAS



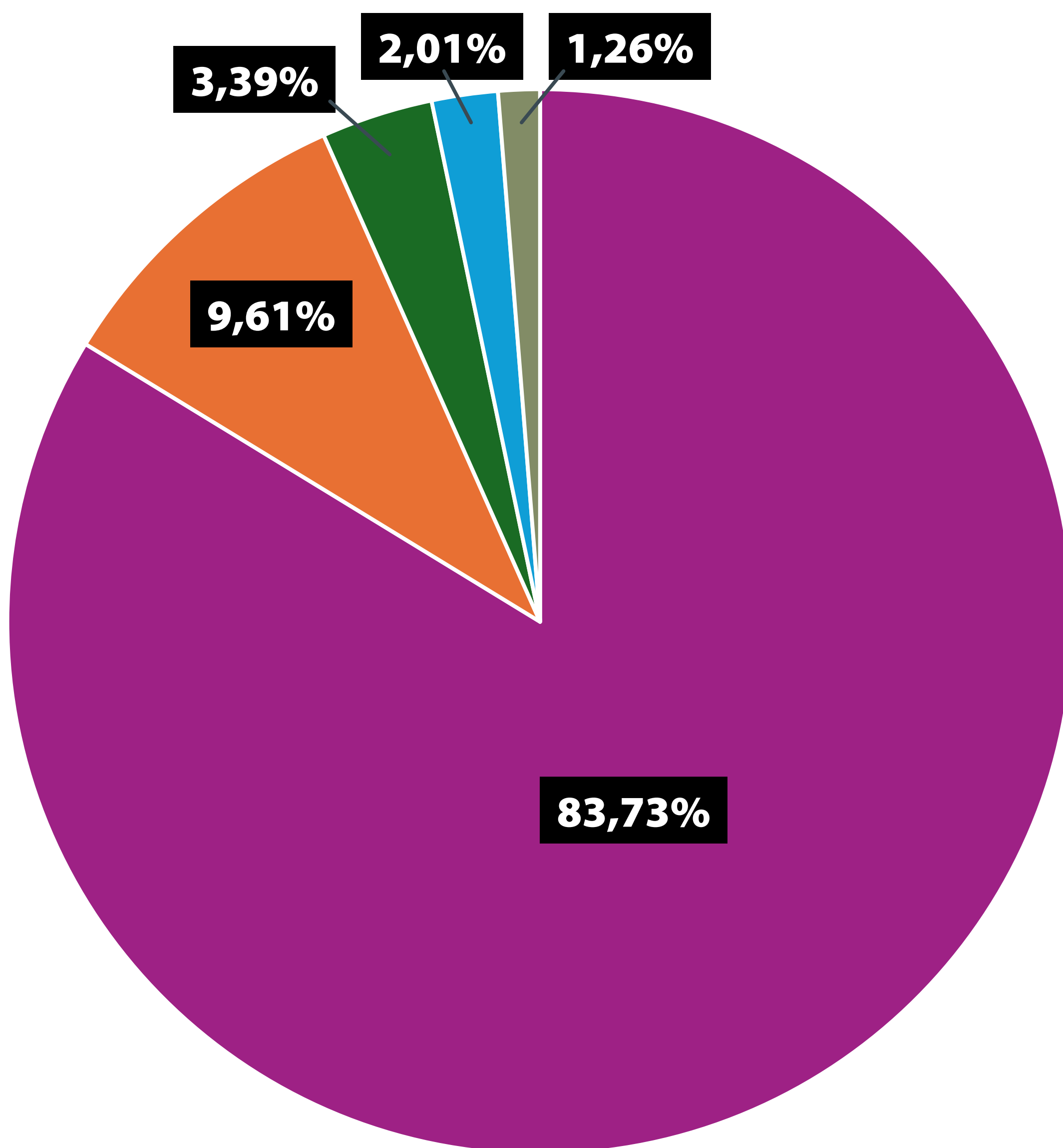
Fonte: Contas do Governador: relatório técnico sobre as contas prestadas pelo governo do Estado relativas ao exercício de 2023.

Por categoria econômica, o gasto com pessoal e encargos sociais teve o maior impacto: R\$ 24,09 bilhões, o equivalente a 60,53% do total das despesas correntes. Esse valor cresceu 12,51% em comparação com 2022. Os juros e encargos da dívida somaram R\$ 1,12 bilhão, ou 2,82% do total das despesas correntes. Esse montante representou um aumento de 13,84% em relação ao ano anterior.

As despesas intraorçamentárias correntes somaram R\$ 2,18 bilhões, ou 5,47% do total da despesa corrente do Estado, um crescimento de 12% em comparação com 2022.

Em se tratando das despesas de capital, em 2023 houve diminuição de 42,70% em relação ao exercício anterior.

COMPOSIÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS



■ Executivo ■ Judiciário ■ Ministério Público ■ Assembleia Legislativa ■ Tribunal de Contas

Fonte: Relatório Execução Orçamentária de 2023 – por Poder e Órgão/Grupo de Despesa – Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (Sigef).

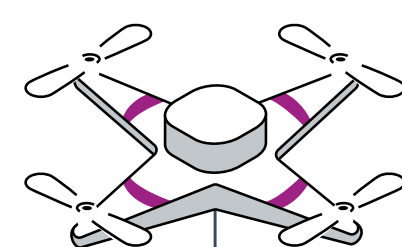
DESPESA AUTORIZADA E EXECUTADA – 2023

Despesas orçamentárias	Despesa autorizada	Despesa executada	Variação %
Despesas correntes	R\$ 40,33 bi	R\$ 37,62 bi	-6,72
Despesas de capital	R\$ 7,16 bi	R\$ 4,12 bi	-42,40
Despesas correntes intraorçamentárias	R\$ 2,23 bi	R\$ 2,18 bi	-2,53
Despesas de capital intraorçamentárias	R\$ 4,89 milhões	R\$ 3,63 milhões	-25,77
Reserva de contingência	R\$ 1 milhão	–	–
Total	49.733,26	43.927,30	-11,67

Fonte: Contas do Governador: relatório técnico sobre as contas prestadas pelo governo do Estado relativas ao exercício de 2023.

ENTENDA OS TERMOS

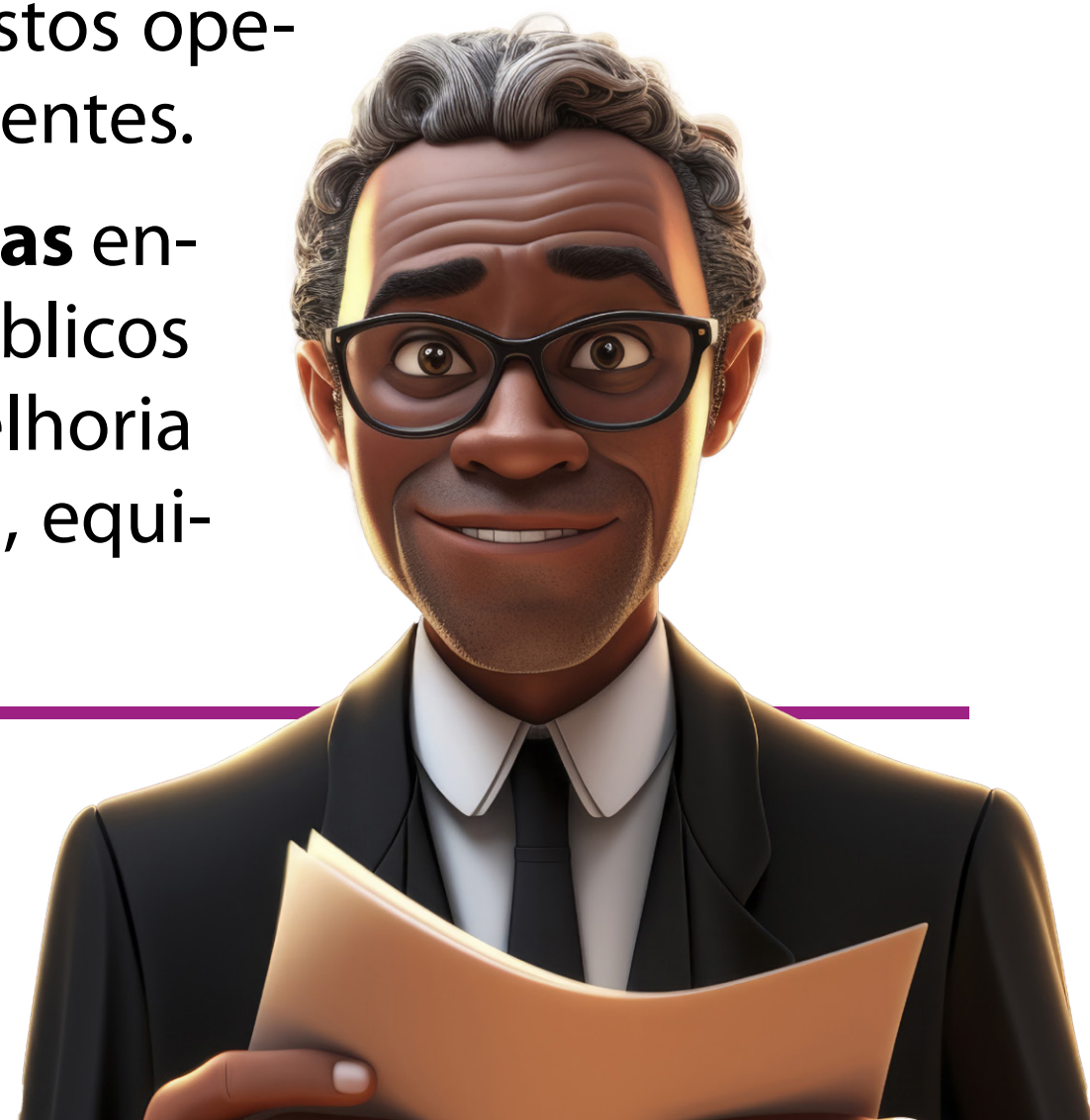
- **Despesas correntes** são aquelas destinadas ao funcionamento do serviço público. Por exemplo, salários, energia elétrica e programas sociais. Elas também incluem o pagamento de juros e encargos que incidem sobre a dívida pública.
- **Despesas de capital** são as que contribuem para a formação do patrimônio, como investimentos em obras, ampliações, máquinas e equipamentos, ou para a diminuição da dívida. Elas geram benefícios duradouros para a administração pública.
- **Despesas correntes intraorçamentárias** se referem ao custeio das atividades rotineiras entre órgãos públicos, sem resultar na criação de novos ativos. Incluem pagamentos por serviços, reembolsos de custos operacionais e manutenção de bens já existentes.
- **Despesas de capital intraorçamentárias** envolvem investimentos entre órgãos públicos que resultam na criação, aquisição ou melhoria de bens de capital, como infraestrutura, equipamentos e amortização de dívidas.



Reserva de Contingência é um valor não destinado especificamente a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais.



CONFIRA A ÍNTEGRA DO QUE DIZ O RELATÓRIO SOBRE **PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**.



CAPÍTULO

3

PARA ONDE
VAI O \$EU
DINHEIRO

GESTÃO FISCAL

Em alguns momentos, a arrecadação do Estado de Santa Catarina ficou abaixo do esperado, mas o governo conseguiu economizar mais que o previsto e manteve a dívida controlada. As despesas com pessoal ficaram dentro dos limites legais, apesar do aumento em relação ao ano anterior.

Como o Tribunal de Contas avaliou a dívida do Estado?



Ela está controlada e dentro dos limites legais.



Despesa com pessoal

Em 2023, o Estado de Santa Catarina teve uma **despesa total de R\$ 20,94 bilhões com pessoal**. Todos os Poderes e órgãos constitucionais cumpriram seus limites fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse valor corresponde a 51,05% da Receita Corrente Líquida (RCL) Ajustada e está adequado ao limite legal de 60%.

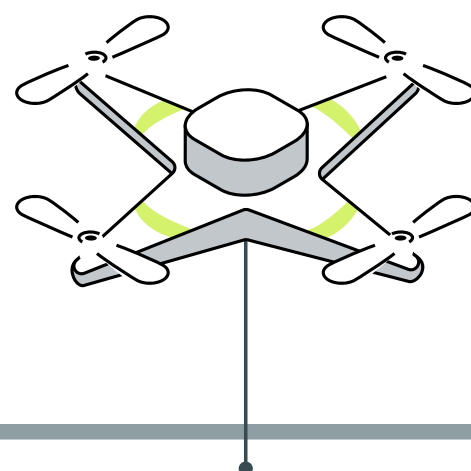
Receita Corrente Líquida Ajustada representa a RCL menos as transferências obrigatórias da União referentes às emendas individuais dos parlamentares ao projeto de Lei Orçamentária.

Já a Receita Corrente Líquida é a soma de todas as receitas correntes, descontadas as transferências constitucionais aos municípios, a contribuição dos servidores para a previdência e assistência social e as relativas à compensação financeira previdenciária (quando o Estado paga a aposentadoria e é compensado por outro regime de previdência, para o qual o servidor já contribuiu).

Na comparação com 2022, todos os Poderes e órgãos constitucionais aumentaram seus gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida Ajustada. O aumento da despesa do TCE/SC, que passou de 0,66% para 0,81%, ocorreu em parte devido ao ingresso de novos servidores concursados e também de residentes, mas o Tribunal se manteve abaixo do limite de 1,10% previsto em lei.

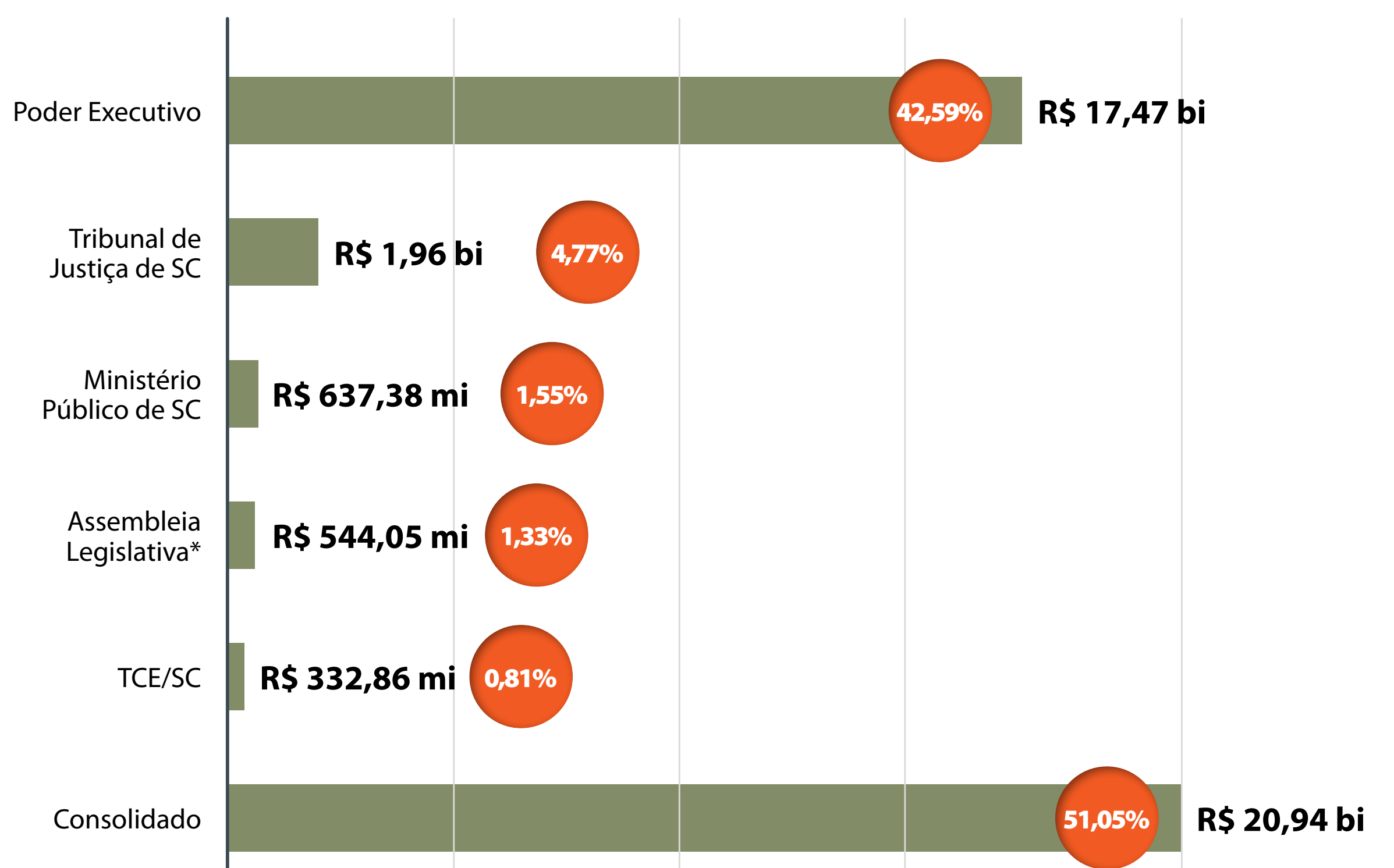
A Defensoria Pública, embora tenha autonomia orçamentário-financeira, não dispõe de limite específico na Lei de Responsabilidade Fiscal para suas despesas com pessoal. Por isso, seus gastos fazem parte da composição do limite do Poder Executivo. Para 2023, a Defensoria informou que sua despesa com pessoal foi de R\$ 81,55 milhões.

Cabe mencionar que foi formulada recomendação ao governo para adotar ações para assegurar a efetiva autonomia do órgão.



A despesa líquida com pessoal é calculada como a diferença entre a despesa bruta com ativos, inativos e pensionistas, e algumas despesas não computadas. São excluídas do cálculo algumas rubricas, como indenização por demissão de servidores ou empregados, incentivos à demissão voluntária ou despesas decorrentes de decisão judicial.

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL DOS PODERES E ÓRGÃOS – 2023



Fonte: relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2023, publicados pelos Poderes e órgãos, e Relatório Consolidado de Gestão Fiscal de 2023.

* Divergência de valores em análise processual.

Transferências voluntárias e Plano 1000

Transferências Especiais (TEs) foram criadas para repasses de dinheiro das emendas parlamentares individuais impositivas a Estados, Distrito Federal e municípios.

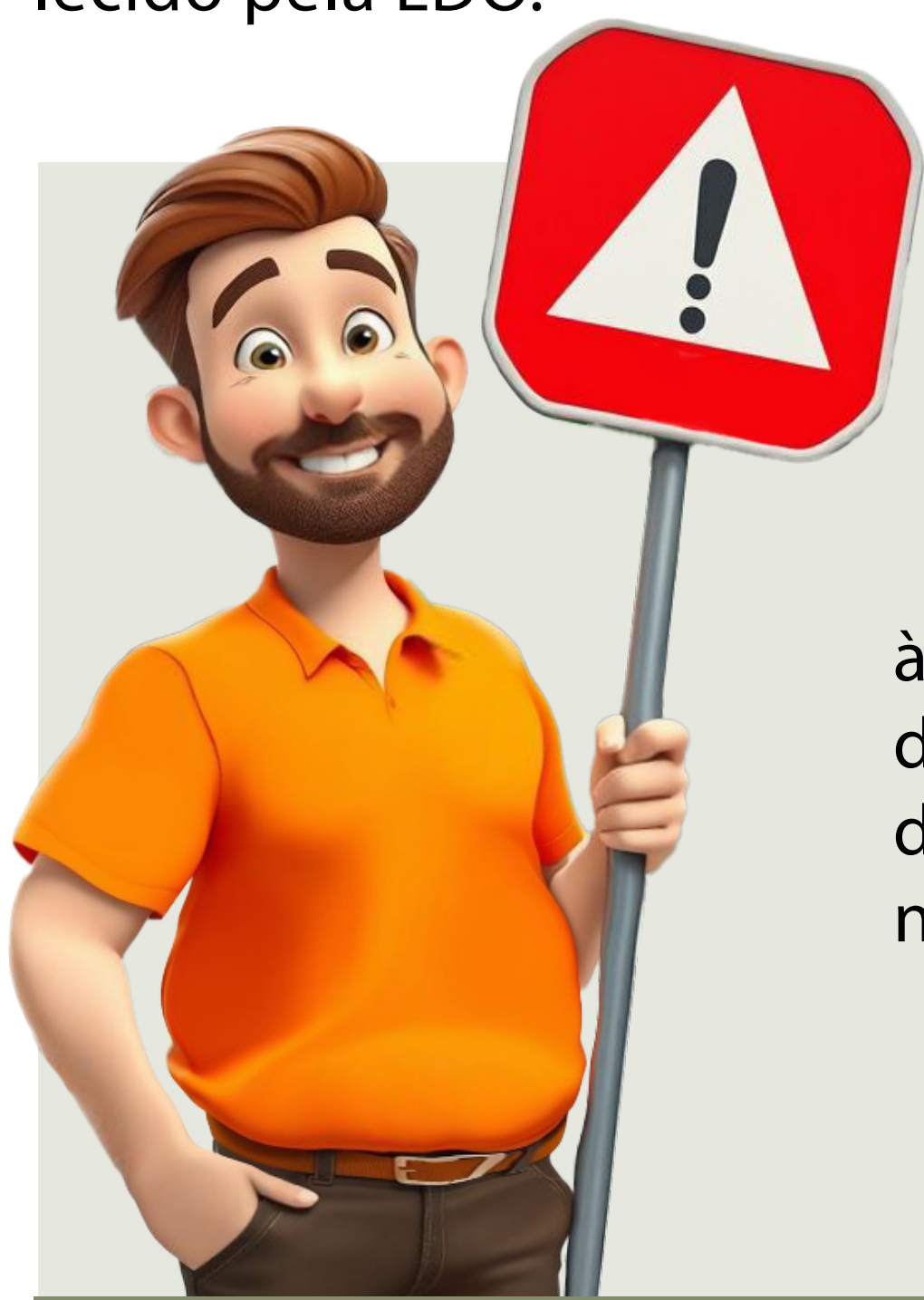
O TCE/SC identificou ausência de registro contábil no total de **R\$ 511,68 milhões em contas de controle das TEs**. Esse problema pode afetar o patrimônio do Estado, pois se refere à diferença entre o valor contratado e o valor pago. Por isso, o Tribunal recomenda ao Executivo que adote medidas para melhorar a transparência, o registro e o controle dos repasses.

Já o Plano 1000 foi um programa do governo de Santa Catarina para destinar recursos para os municípios utilizarem em obras públicas. Ele foi encerrado em 2023, mas os repasses a obras já iniciadas continuam ocorrendo.

Avaliação de metas fiscais

O Estado cumpriu a meta de resultado primário, isto é, a previsão de quanto pretende economizar, sem contar os juros da dívida, para garantir o equilíbrio das contas públicas. No fim do ano, o resultado primário foi de R\$ 2,98 bilhões, superando a meta de R\$ 652,51 milhões fixada em lei.

A dívida consolidada líquida, ou seja, o total das dívidas subtraído os valores que o governo tem em caixa para pagá-las, totalizou R\$ 13,66 bilhões. Esse valor corresponde a 33,24% da Receita Corrente Líquida Ajustada. Ele está dentro do limite legal de 200% estabelecido pelo Senado e é inferior à meta de R\$ 22,14 bilhões estabelecido pela LDO.



O TCE/SC **emitiu dois alertas** à Secretaria da Fazenda informando que as metas de arrecadação do primeiro e do quarto bimestres não foram atingidas.

Operações de crédito

No ano, o Estado realizou R\$ 18,8 milhões em operações de crédito (empréstimos), o equivalente a 0,05% da RCL Ajustada e abaixo do limite de 16% estabelecido pelo Senado. Essas operações tiveram valor inferior às de 2022, quando o Estado realizou R\$ 37,70 milhões. Nos últimos cinco anos, o maior montante realizado com empréstimos ocorreu em 2019: R\$ 194,87 milhões. O Relatório da Dívida Pública descreve as avaliações das agências contratadas sobre a qualidade de crédito (*rating*) do Estado, que melhorou tanto na *Standard & Poors* (escala global) quanto na *Fitch Ratings* (escala nacional).

Riscos fiscais e passivos contingentes

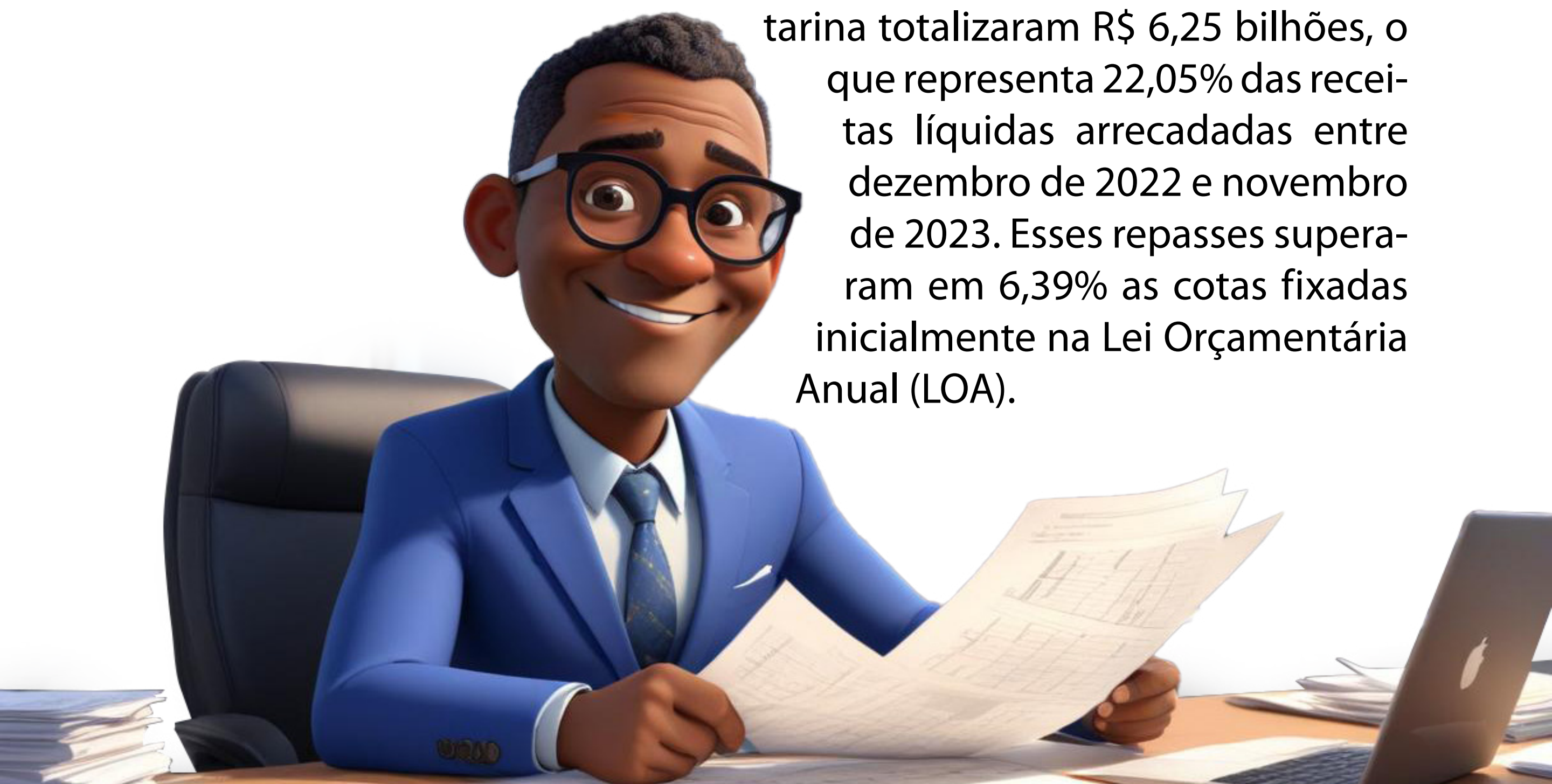
Riscos fiscais são situações que podem causar problemas nas contas públicas, ou seja, são todos os atos ou fatos que podem levar o administrador público a ter um desembolso inesperado. Passivos contingentes são dívidas ou obrigações que o governo pode ter que pagar no futuro, como, por exemplo, uma ação judicial perdida.

Em 2023, o governo informou ter R\$ 3,52 bilhões em riscos fiscais. Desse valor, R\$ 2,11 bilhões foram reservados para ação judicial em trânsito com grau de risco provável, isto é, para cobrir perdas com grande chance de ocorrerem. O valor de R\$ 1,41 bilhão foi reservado para passivo contingente com grau de risco provável, ou seja, com grande chance de ocorrerem.

Participação na Receita Líquida Disponível

Receita Líquida Disponível (RLD) é a base de cálculo para a definição dos limites que devem ser observados na elaboração do orçamento. Ela também baliza os valores a serem repassados pelo Executivo aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

No ano, os repasses efetuados pelo Tesouro do Estado de Santa Catarina totalizaram R\$ 6,25 bilhões, o que representa 22,05% das receitas líquidas arrecadadas entre dezembro de 2022 e novembro de 2023. Esses repasses superaram em 6,39% as cotas fixadas inicialmente na Lei Orçamentária Anual (LOA).



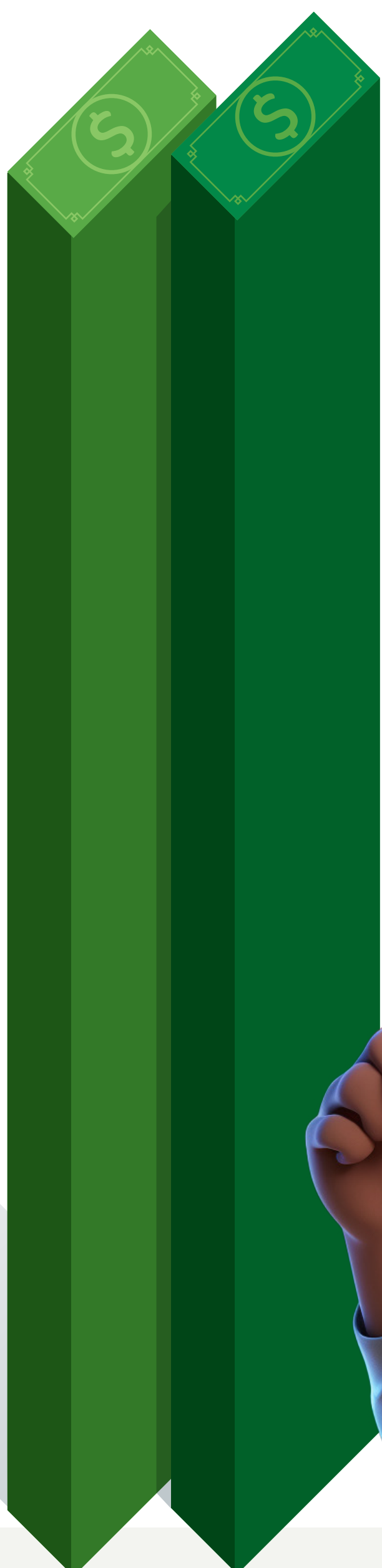
Execução de restos a pagar


Em 2023, o Estado executou aproximadamente R\$ 2 bilhões em restos a pagar, isto é, quitou despesas de anos anteriores que ainda estavam pendentes. Desse valor, 88,48% se referem ao Poder Executivo, 1,80% à Alesc, 2,47% ao TCE/SC, 2,59% ao Poder Judiciário, 4,61% ao Ministério Público do Estado e o restante, 0,05%, à Defensoria Pública.

Disponibilidade de caixa

O Estado teve **R\$ 16,43 bilhões em disponibilidade de caixa bruta**. Em outras palavras, esse foi o dinheiro disponível nas contas do governo, sem descontar as obrigações financeiras e outros compromissos a pagar. A disponibilidade de caixa líquida, isto é, descontando as obrigações e compromissos, **foi de R\$ 6,37 bilhões**, ou seja, dinheiro suficiente para cobrir as despesas assumidas.

Quando são considerados todos os Poderes e órgãos constitucionais, no terceiro quadrimestre de 2023, foram inscritos R\$ 683,79 milhões em restos a pagar não processados referentes a recursos vinculados – despesas reservadas no orçamento, mas que ainda não tiveram o serviço prestado ou o bem entregue. Para essas despesas, havia uma disponibilidade de caixa suficiente de R\$ 3,64 bilhões.



 CONFIRA A ÍNTEGRA DO QUE DIZ O RELATÓRIO SOBRE GESTÃO FISCAL.

CAPÍTULO

4

PARA ONDE
VAI O \$EU
DINHEIRO

MEIO AMBIENTE

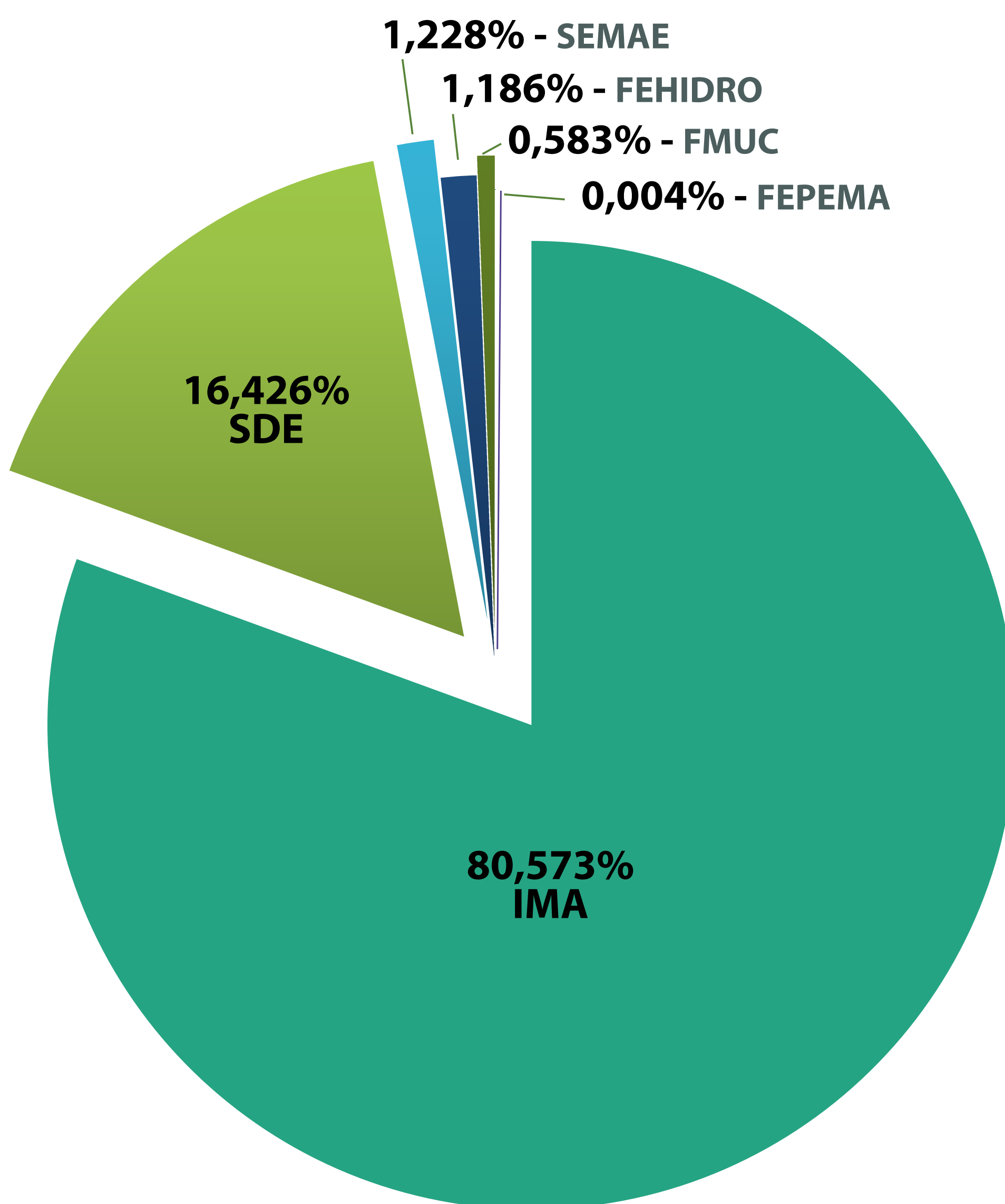
Santa Catarina é o Estado com o maior número de desastres segundo o *ranking* nacional de desastres naturais hidrológicos e geológicos. Por isso, é essencial prevenir e minimizar as consequências desses eventos, por meio de medidas governamentais contínuas e eficazes que protejam a população e o meio ambiente. E também é preciso ampliar a cobertura sanitária no Estado para cumprimento do Novo Marco Legal do Saneamento Básico.



Estudo iniciado em março de 2023 e apresentado em fevereiro de 2024, conduzido pelo TCE/SC, recomendou que o governo estadual, em conjunto com a Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (Fecam), ofereça apoio técnico e financeiro às cidades vulneráveis a eventos climáticos extremos.

Em 2023, o Estado **executou despesas relativas ao meio ambiente no valor de R\$ 136,47 milhões**. Desse montante, R\$ 125,10 milhões foram na rubrica gestão ambiental, e R\$ 11,37 milhões em serviços administrativos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MEIO AMBIENTE (POR UNIDADE GESTORA)



- IMA** Instituto do Meio Ambiente
- SDE** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina
- SEMAE** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde
- FEHIDRO** Sistema de Informações de Recursos Hídricos de Santa Catarina
- FMUC** Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas
- FEPEMA** Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (Sigef), 2023.

Saneamento Básico

O esgotamento sanitário é o serviço de saneamento básico com um dos piores índices de atendimento no Brasil, quando comparado aos serviços de abastecimento de água, coleta domiciliar de resíduos sólidos (coleta de lixo) e drenagem urbana.

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em 2020, apenas 27,66% dos catarinenses tinham acesso à rede pública de esgoto.

A baixa cobertura impacta negativamente o meio ambiente, a saúde, a educação e a renda das pessoas.

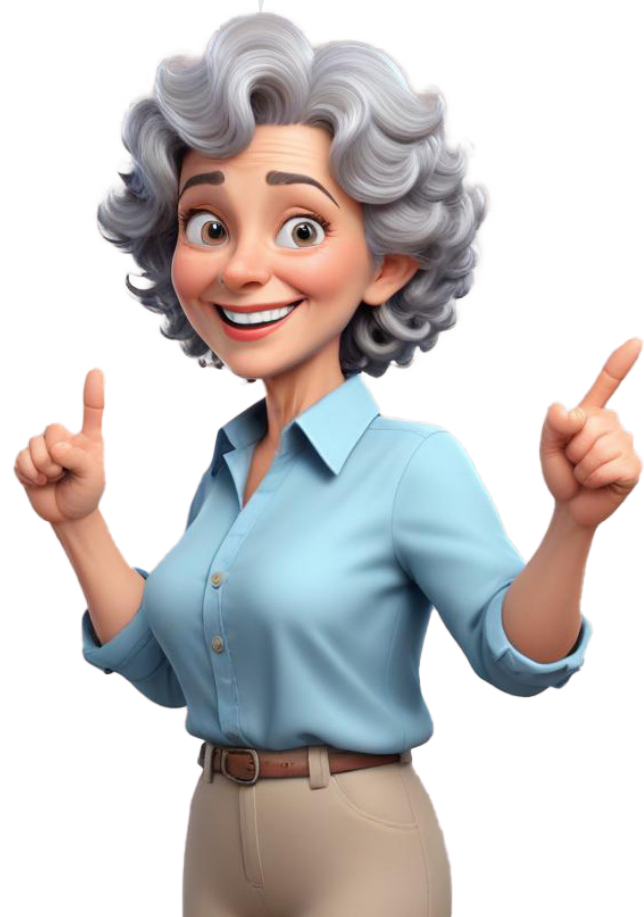
Em 2023, o governo estadual empenhou despesas de R\$ 1,15 milhão em saneamento. No entanto, foi efetivamente gasto R\$ 1,02 milhão.

A regionalização na prestação dos serviços, aprovada em 2021 pela Assembleia Legislativa, requer um debate profundo sobre distribuição de recursos, melhoria na eficiência e equidade no atendimento.

Tramita, na Alesc, o Projeto de Lei Complementar 40/2023, encaminhado pelo governador do Estado, que cria as Microrregiões de Águas e Esgoto de Santa Catarina (Mirae-SC). O TCE/SC reconhece a importância desse procedimento inicial para enfrentar o problema.

Adicionalmente, o Tribunal recomenda ao Executivo que avance na execução de outras ações estabelecidas no **Marco Legal do Saneamento Básico**, para melhorar a prestação de serviços e atender às necessidades da população.

Tu sabes qual é a meta de universalização dos serviços de água e esgoto?



99% da população com acesso à água potável e 90% com acesso a serviços de tratamento de esgoto até 2033.



Assim é possível melhorar a saúde pública e a qualidade de vida, além de reduzir a desigualdade social.



CONFIRA A ÍNTEGRA DO QUE DIZ O RELATÓRIO SOBRE **MEIO AMBIENTE**.

PARA ONDE
**VAI O SEU
DINHEIRO**

MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO

5

PARA ONDE
VAI O \$EU
DINHEIRO

EDUCAÇÃO

Em 2023, o governo de Santa Catarina utilizou R\$ 9,10 bilhões para atender ao limite constitucional mínimo de aplicação de 25% da receita resultante de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), mas várias metas do Plano Estadual de Educação ainda precisam ser cumpridas, como a universalização do acesso à educação infantil e aos ensinos fundamental e médio.



Destino dos recursos

Em 2023, o governo de Santa Catarina **aplicou R\$ 9,10 bilhões em ações para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)**. Esse valor representa 25,49% da receita líquida de impostos e transferências, superando o mínimo de 25% previsto pela Constituição Federal.

O Estado contribuiu com R\$ 6,59 bilhões para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Como contrapartida, recebeu R\$ 4 bilhões (incluídos os rendimentos) e aplicou 98,07%.

No ano, o investimento em educação superior foi de R\$ 553,72 milhões, ou 6,20% da receita líquida, superando os 5% do limite mínimo constitucional. A educação especial recebeu R\$ 243,88 milhões, também acima da determinação legal.

Dos R\$ 389,94 milhões disponíveis da contribuição do Salário-Educação, Santa Catarina comprometeu 96,61% no orçamento.

Ainda, o governo aplicou R\$ 113,35 milhões no Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (Fumdes) e R\$ 7,12 milhões na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).



Plano Estadual de Educação

O governo cumpriu a exigência legal de assegurar recursos compatíveis para atingir as metas do **Plano Estadual de Educação (PEE)**. No ano, **gastou R\$ 5,86 bilhões** com essa finalidade, 90,48% do previsto. Contudo, esse valor é **inferior aos R\$ 6,42 bilhões destinados em 2022**.

A apenas dois exercícios do término do prazo de vigência do PEE (2025), o atendimento a algumas das 19 metas está distante. As metas ainda não atendidas são:

- Universalização da educação infantil.
- Universalização do ensino fundamental, com garantia de conclusão por no mínimo 95% dos estudantes na idade recomendada.
- Universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos de idade e elevação da taxa de matrículas no ensino médio para 90%.
- Universalização do acesso à educação básica e ao atendimento a alunos da educação especial.
- Oferecimento ampliado da educação em tempo integral.
- Fomento da qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades.
- Ampliação no número de matrículas na educação profissional técnica de nível médio.
- Formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

DADOS OBTIDOS A PARTIR DO 8º RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PEE

Meta 1 Educação infantil

- **Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade.**



- **Ampliar, até 2025, a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PEE/SC.**



Meta 2 Ensino fundamental

- **Universalizar, até 2016, o ensino fundamental de 9 anos para a população de 6 a 14 anos de idade.**



- **Garantir, até 2025, que pelo menos 95% dos estudantes conclua essa etapa na idade recomendada de 16 anos, até o último ano de vigência deste Plano.**



Meta 3 Ensino médio

- **Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos de idade.**



- **Elevar, até 2025 – no final do período de vigência deste Plano –, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90%.**



Fonte: Balanço Geral do Estado de Santa Catarina (BGE/SC).

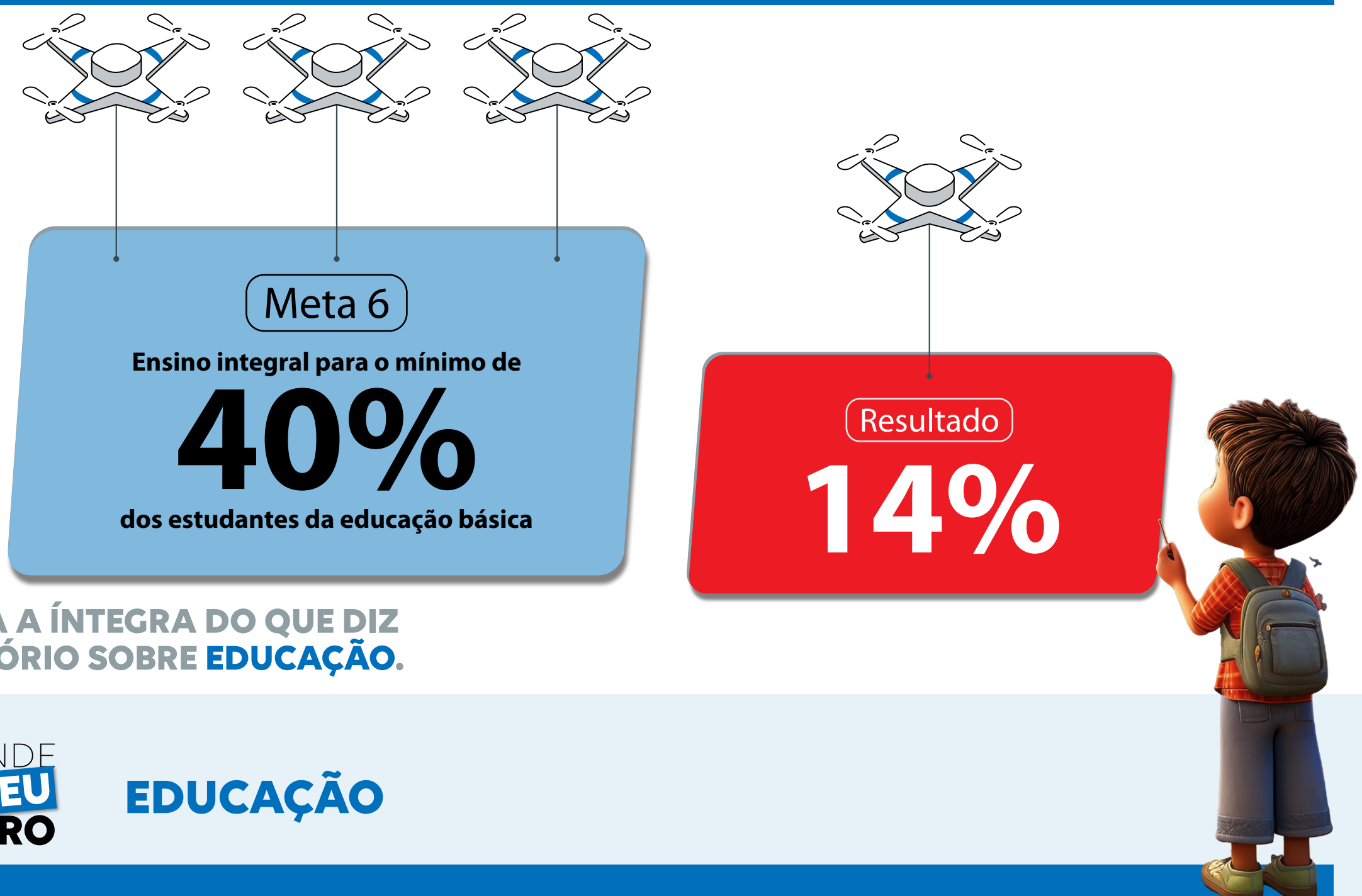
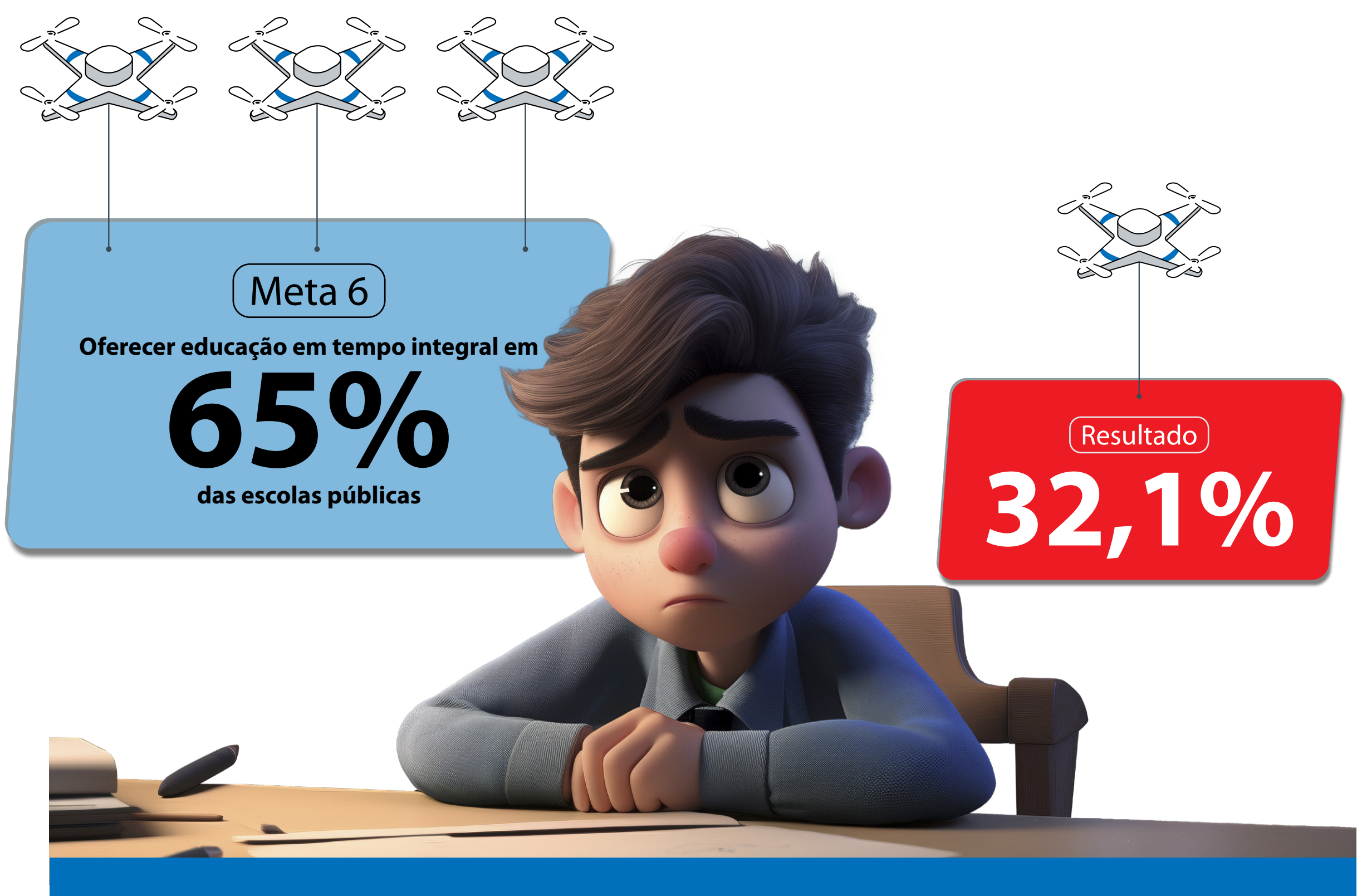
* O Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, conforme Lei 18.755/2023, alterado para o decênio 2016-2025.

Atenção para crianças e adolescentes

Em 2023, houve **redução de R\$ 290,39 milhões nos recursos destinados à educação no Estado**, em relação ao ano anterior. Na última década, houve diminuição de valores em apenas dois exercícios: em 2016, ano de grave crise econômica e fiscal no país, e em 2020, ano do início da pandemia de Covid-19.

O TCE/SC já manifestou preocupação quanto à criação de despesa destinada ao ensino superior (Programa Universidade Gratuita) sem que antes se garanta o cumprimento das obrigações relacionadas aos ensinos fundamental e médio.

Meta 6 Educação em tempo integral



CONFIRA A ÍNTEGRA DO QUE DIZ O RELATÓRIO SOBRE **EDUCAÇÃO**.

PARA ONDE
VAI O \$EU
DINHEIRO

EDUCAÇÃO

CAPÍTULO

6

PARA ONDE
VAI O \$EU
DINHEIRO

FUNDOS

Fundos são recursos financeiros que servem para viabilizar atividades públicas específicas. Santa Catarina tem 55 fundos, entre eles o Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), destinado a ações de proteção, desenvolvimento e inclusão social de crianças e adolescentes, o Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação à Pobreza (Fundo Social), o maior deles, e o Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente.



FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

O governo **aplicou apenas 9,23%** dos recursos previstos no orçamento para proteção às crianças e aos jovens, o que motivou ressalva na aprovação das suas contas pelo TCE/SC.

O Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) é alimentado por doações e repasses de pessoas físicas e jurídicas, entre outras fontes. Atualmente, ele está sob supervisão da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS).

Em 2023, a Lei Orçamentária Anual (LOA) previa a aplicação de R\$ 66,32 milhões do FIA, mas o governo do Estado gastou apenas R\$ 6,12 milhões (9,23%). Essa omissão estatal também ocorreu entre 2018 e 2022, quando os valores empenhados foram inferiores aos arrecadados.

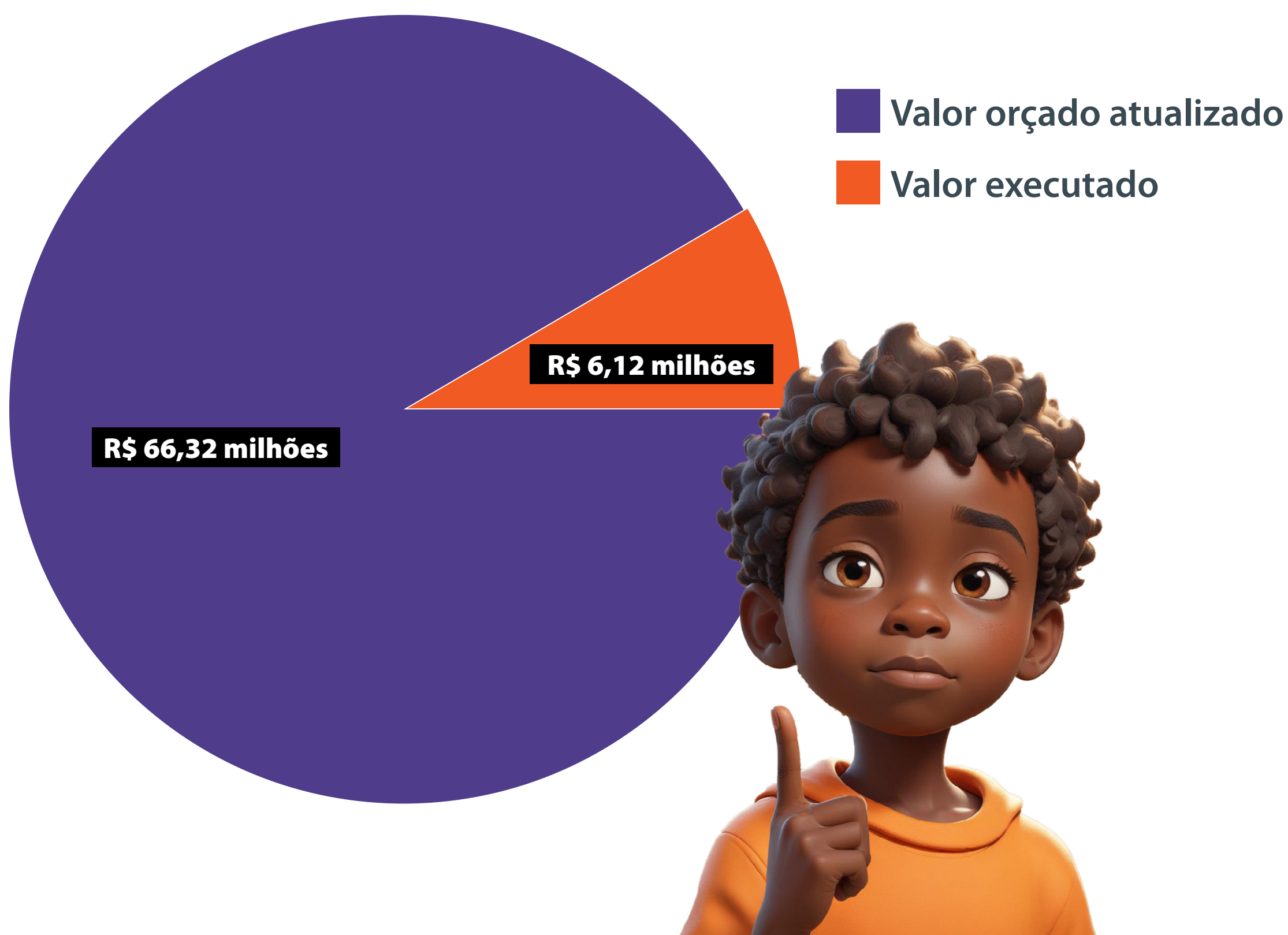
A Constituição Federal estabelece que a satisfação das demandas da infância e juventude deve ser prioridade absoluta. Por isso, o TCE/SC incluiu uma ressalva às contas do governo e recomendou providências para que o dinheiro seja aplicado no próximo exercício.



A Constituição me protege!

Constituição Federal, artigo 227.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O FIA



Fonte: Contas do Governador: relatório técnico sobre as contas prestadas pelo governo do Estado relativas ao exercício de 2023.

Outros fundos

O Fundo Social se destina a ações de nutrição, habitação, educação, saúde e reforço de renda familiar, além de programas que melhorem a qualidade de vida.

Dos **R\$ 982,93 milhões** disponíveis no Fundo Social em 2023, o governo aplicou apenas **R\$ 162,21 milhões, 16,50%** do orçamento autorizado.

O mesmo problema ocorreu com o Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente, com **dotação de R\$ 1,65 milhão**, que teve apenas R\$ 5 mil aplicados (0,31%). Já o Fundo Estadual do Idoso, com **orçamento de R\$ 78,88 milhões**, não teve nenhum gasto no período.

A situação evidencia a falta de planejamento e a insuficiência de ações no uso dos recursos desses fundos.

Dessa maneira, o TCE/SC recomendou ao governo estadual que adote providências para a devida utilização desses valores para que se revertam em benefícios à sociedade e ao meio ambiente.

 CONFIRA A ÍNTEGRA DO QUE DIZ O RELATÓRIO SOBRE FUNDOS.

CAPÍTULO

7

PARA ONDE
VAI O \$EU
DINHEIRO

SAÚDE

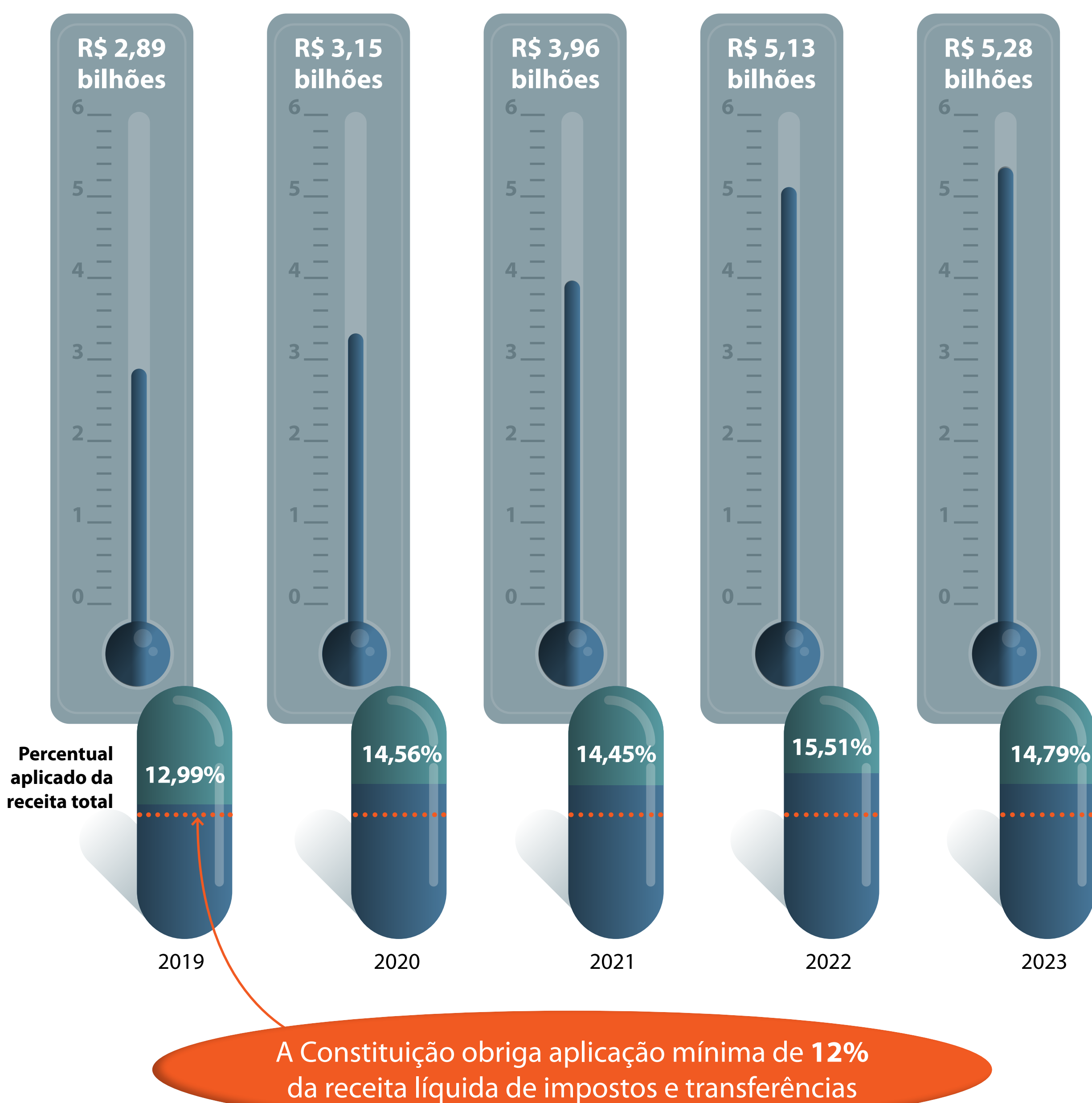
Em 2023, o governo aplicou R\$ 5,28 bilhões em ações e serviços públicos de saúde, equivalentes a 14,79% das receitas líquidas de impostos e transferências da União. Apesar de ter superado o índice mínimo de 12% previsto na Constituição, e embora tenha sido demonstrada a adoção de várias medidas que surtiram impactos positivos, ainda falta avançar no cumprimento de algumas metas do Plano Estadual de Saúde (PES), como a redução de filas de espera para consultas e para cirurgias eletivas.



O governo destinou para a aplicação 100% do valor disponível no Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina, que gastou R\$ 88,51 milhões. Desse total, R\$ 54,52 milhões foram recebidos em 2023, e o restante veio de superávits de exercícios anteriores.

No ano, os repasses realizados aos municípios para consultas e exames de média e alta complexidade totalizaram R\$ 4,99 milhões. Esse valor é referente a pagamentos não realizados entre 2015 e 2018, e que foram parcelados em acordo judicial. Em 2023, foram finalizados os repasses desse acordo.

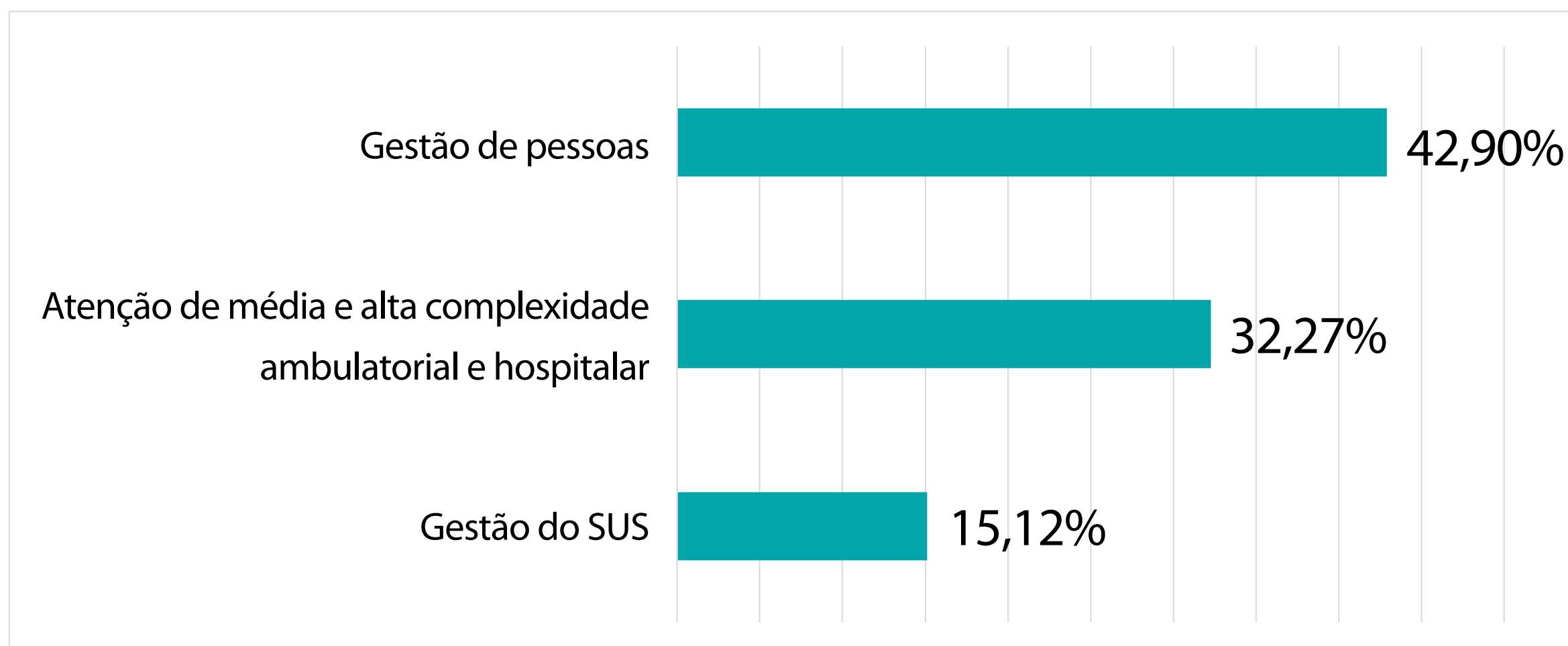
APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE



Fonte: Contas do Governador: relatório técnico sobre as contas prestadas pelo governo do Estado relativas ao exercício de 2023.

Despesas por programas

Em 2023, os programas de saúde que mais receberam recursos foram:



Fonte: Contas do Governador: relatório técnico sobre as contas prestadas pelo governo do Estado relativas ao exercício de 2023.

Cirurgias eletivas

Em 2023, foram aprovadas 124.967 cirurgias eletivas hospitalares, que são procedimentos médicos planejados com antecedência e não urgentes. O número é **27,83% maior** que o de 2022. No fim do ano, havia **quase 94 mil pessoas na fila**, com tempo médio de espera variando entre 228 e 658 dias, dependendo da região do Estado e da cirurgia a ser feita.

O governo de Santa Catarina criou um portal para que os cidadãos possam ter acesso à sua posição e previsão de atendimento. O Estado também instituiu um programa para redução de filas para cirurgias eletivas. Os indicadores revelam que as medidas adotadas têm promovido avanços.

Monitoramento de metas

A análise dos indicadores do Plano Estadual de Saúde (2020-2023) e do monitoramento realizado pela Secretaria Estadual de Saúde mostra que algumas metas importantes não foram alcançadas. A redução de pacientes na fila de espera para consultas que aguardam há mais de 365 dias é uma delas, uma vez que atingiu 61,1% da meta prevista.

Recomendações

O Tribunal de Contas fez as seguintes recomendações:

AO GOVERNO DE SANTA CATARINA

- Dar continuidade ao desenvolvimento de ações para o alcance das metas definidas no Plano Estadual de Saúde.

À DIRETORIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO (DGCE)

- Acompanhar o primeiro monitoramento da auditoria operacional promovida pelo TCE/SC para avaliar a eficiência do controle exercido pela Secretaria de Estado da Saúde nas demandas judiciais relativas aos medicamentos.

Os gastos com saúde são um tema sensível que envolve a garantia de direitos e a sustentabilidade do sistema.



CONFIRA A ÍNTEGRA
DO QUE DIZ O RELATÓRIO
SOBRE **SAÚDE**.

CAPÍTULO

8

PARA ONDE
VAI O \$EU
DINHEIRO

SEGURANÇA PÚBLICA

O governo do Estado destinou R\$ 5,27 bilhões para segurança pública. Houve redução de mortes violentas, reforço da infraestrutura de defesa civil e melhorias no sistema prisional. Entretanto, persistem desafios que demandam atenção urgente, como o número de feminicídios, o déficit de vagas para presos e as péssimas condições de algumas prisões.



*Respeito
e segurança para
todas as mulheres!*

Destino dos recursos

Em 2023, as despesas empenhadas em segurança pública no Estado **somaram R\$ 5,27 bilhões**. Desse valor, 68,53% foram para a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP); 29,75% para a Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa (SAP); e 1,72% para a Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil (SDC).

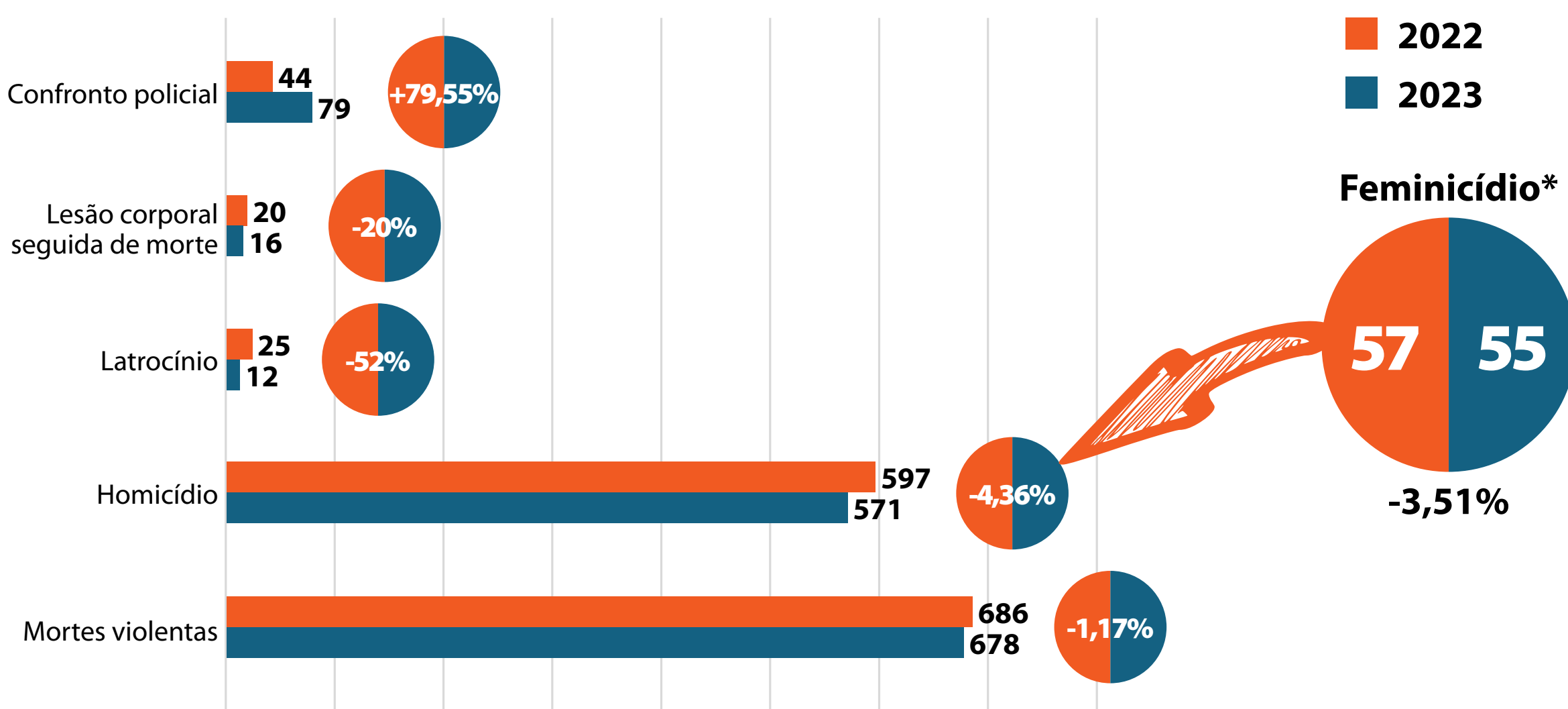
Na SSP, o programa que mais recebeu dinheiro foi o de melhoria estrutural da segurança pública (R\$ 3,09 bilhões). Na SAP, a maior destinação de recursos foi para o programa de expansão e modernização do sistema prisional e socioeducativo (R\$ 1,53 bilhão). Na SDC, o principal programa beneficiado foi o de gestão de desastres (R\$ 44,60 milhões).

Indicadores

O número de mortes violentas foi 1,17% menor em relação a 2022. Embora os feminicídios tenham caído 3,51%, houve 55 casos registrados em 2023, um número preocupante.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPTC) chamou a atenção para a inexistência de programa específico de gastos de segurança pública voltado à prevenção e combate da violência contra a mulher. Há apenas despesas de R\$ 911 mil para ações contra violência doméstica, valores baixos para o orçamento do Estado e diante da relevância do tema. Por isso, o Tribunal recomendou ao governo que adote medidas para o enfrentamento à violência contra a mulher.

INDICADORES DA SEGURANÇA PÚBLICA EM SC



*Feminicídio já está contabilizado no indicador de homicídio.

Fonte: Boletim Mensal de Indicadores SSP, dezembro de 2023. Acessado em: 16/02/2024.

Condições prisionais

O TCE/SC reconhece que o governo do Estado realizou ações de inovação no sistema prisional, voltadas para a prevenção e redução de crises, além da ressocialização e socioeducação dos detentos. Contudo, há problemas importantes a resolver quanto ao déficit de vagas e à qualidade das prisões catarinenses, que resultaram em recomendações do TCE/SC ao governo para a sua melhoria.

Conforme dados do sistema Geopresídios, do Conselho Nacional de Justiça, em 2023 havia déficit de 4.959 vagas, uma pequena redução na comparação com 2022, quando faltavam 5.207 vagas. Das 54 unidades prisionais, 21 foram classificadas com condições boas, 21 como regulares, uma como ruim e 11 como péssimas. Nenhuma atingiu a condição de excelente.

Reforço na Defesa Civil

Entre os destaques do ano, estão as **ações de manutenção e melhoria nas três barragens de contenção de enchentes** operadas pela Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil (SDC). Elas têm a capacidade de armazenar grandes volumes de água durante as chuvas intensas e liberá-los de forma controlada, reduzindo o risco de inundações catastróficas.

Em 2023, a Defesa Civil concluiu a instalação do radar meteorológico de Joinville, o mais recente dos quatro equipamentos do Estado para monitorar eventos climáticos extremos. O investimento do governo neste radar foi de aproximadamente R\$ 5 milhões. Os demais estão localizados nos municípios de Araranguá, Chapecó e Lontras.

A SDC também inaugurou uma rede de monitoramento de chuvas, níveis de rios e da situação das barragens de contenção de cheias. Tanto a população quanto os órgãos municipais de Defesa Civil têm acesso às informações em tempo quase real, com atualização de dados a cada 15 segundos.



 CONFIRA A ÍNTEGRA DO QUE DIZ O RELATÓRIO SOBRE **SEGURANÇA PÚBLICA**.

CAPÍTULO

9

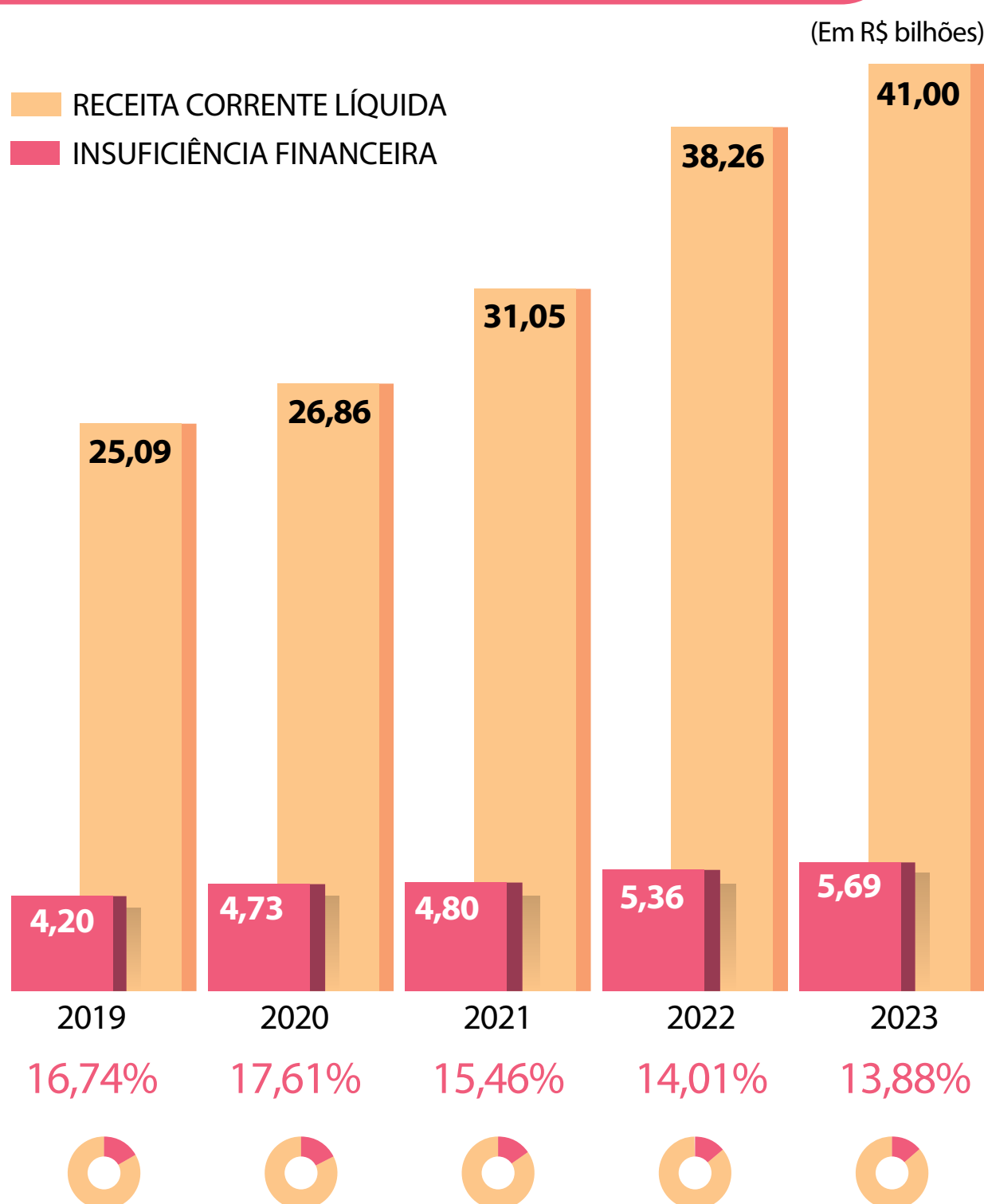
PARA ONDE
VAI O \$EU
DINHEIRO

PREVIDÊNCIA

Em 2023, o Estado precisou gastar R\$ 5,69 bilhões para cobrir a insuficiência financeira do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS/SC), que garante as aposentadorias dos servidores e as pensões de seus dependentes. Esse valor corresponde a 13,88% da Receita Corrente Líquida. O TCE/SC recomendou a adoção de providências para sanar o problema.



INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA



CAPTAÇÃO DE RECURSOS



Fontes: Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) do Fundo Financeiro.

Os recursos para cobrir o déficit do Regime Próprio de Previdência Social vêm dos rendimentos do fundo financeiro dos servidores, das contribuições patronais e das contribuições dos segurados, entre outras fontes. Quando o dinheiro arrecadado não consegue cobrir todos os benefícios, ocorre a chamada insuficiência financeira – uma dificuldade recorrente em Santa Catarina. O fundo financeiro tem a finalidade de prover os recursos necessários para o pagamento dos benefícios concedidos aos servidores efetivos ativos.

Déficit atuarial

O déficit atuarial é a diferença negativa entre o dinheiro existente no fundo de previdência e o valor necessário para pagar todos os benefícios futuros prometidos aos contribuintes. O cálculo considera a expectativa de vida e a taxa de retorno dos investimentos, entre outros fatores. Em 2023, o **déficit atuarial foi de R\$ 133,18 bilhões.**

O TCE/SC recomendou que o governo tome providências para estabelecer o equilíbrio atuarial. Isto é, que garanta uma reserva de dinheiro suficiente para cobrir as obrigações esperadas. As ações propostas incluem a criação de um fundo imobiliário, a melhoria da gestão do sistema e a criação de créditos extraordinários, em especial com dinheiro dos *royalties* de petróleo e gás.

CONFIRA A ÍNTEGRA DO QUE DIZ O RELATÓRIO SOBRE **PREVIDÊNCIA.**

CAPÍTULO

10

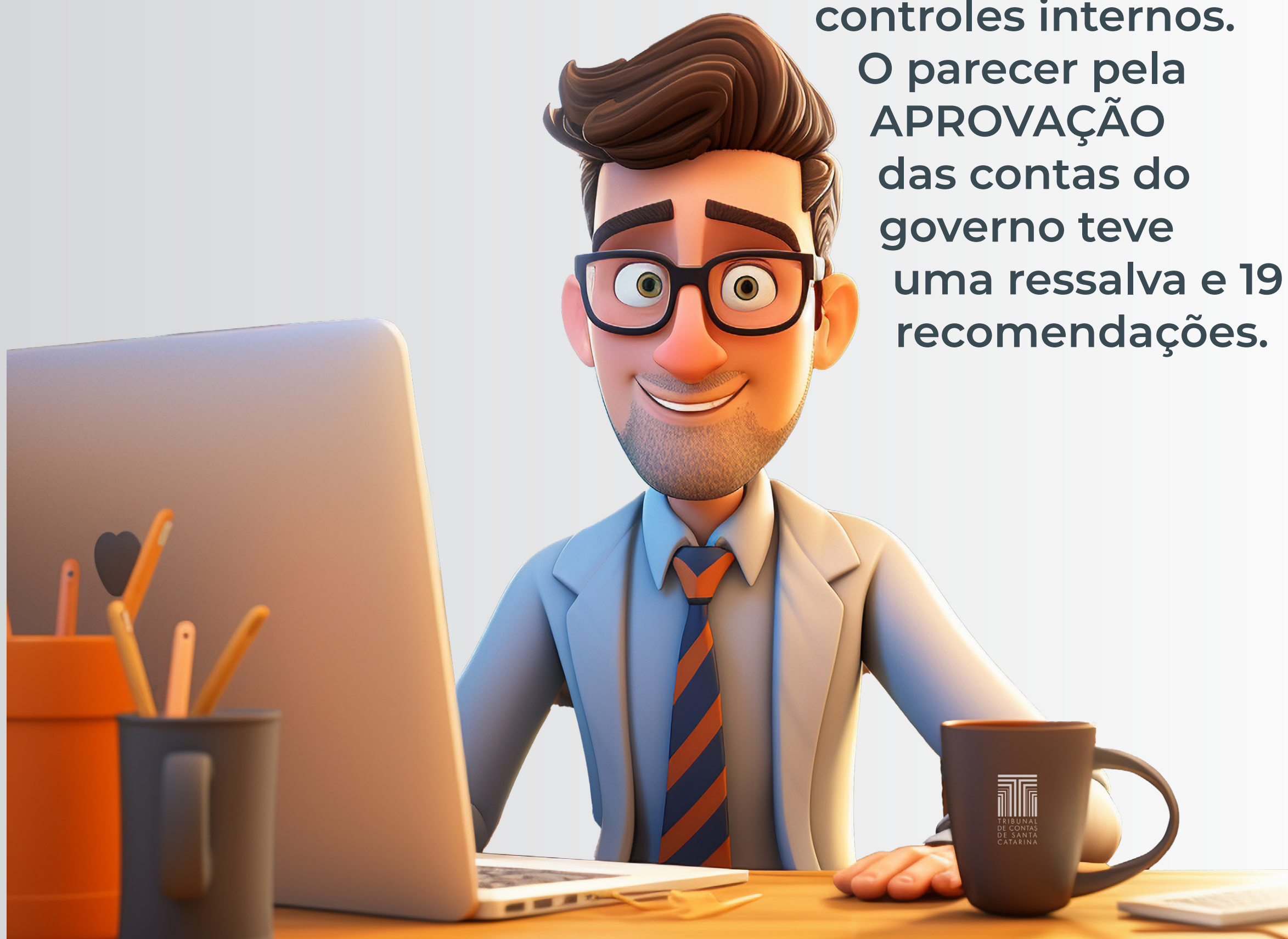
PARA ONDE
VAI O \$EU
DINHEIRO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O TCE/SC analisou a prestação de contas do governo do Estado do ano de 2023 e concluiu que foram cumpridos todos os requisitos constitucionais e legais, com destaque para a aplicação mínima de recursos em saúde e educação, e para os limites de gastos com pessoal e endividamento público.

No entanto, o TCE/SC enfatiza que a análise deve ir além dos números: é preciso melhorar a qualidade dos serviços prestados à população e aperfeiçoar os controles internos.

O parecer pela **APROVAÇÃO** das contas do governo teve uma ressalva e 19 recomendações.



RESULTADOS ALCANÇADOS

Receita total

Meta*

R\$ 44,12 bilhões

Verificado

R\$ 45,66 bilhões

Despesa total

Meta*

R\$ 47,51 bilhões

Verificado

R\$ 43,93 bilhões

* Conforme Anexo de Metas Fiscais, LDO/2023 (Lei 18.170/2022), alterado pelo anexo IV da LOA (Lei 18.585/2022).

Recomendações



Assegurar o fornecimento de informações corretas sobre renúncias de receitas;



Regularizar os repasses pendentes para a realização de emendas parlamentares;



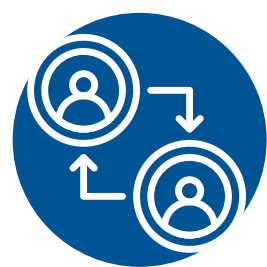
Eliminar a ocorrência de despesas sem empenho prévio e sem registro contábil;



Melhorar a eficiência na cobrança de créditos da dívida ativa;



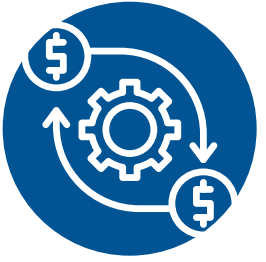
Compensar, na dívida do Estado, o dinheiro gasto com obras de responsabilidade da União;



Melhorar os controles internos para evitar divergências de informações sobre a situação patrimonial do Estado;



Melhorar a transparência, o registro e o controle sobre as transferências especiais;



Garantir os recursos necessários para o pleno funcionamento da Defensoria Pública;



Tomar medidas para estabelecer o equilíbrio atuarial do regime de previdência;



Dar continuidade às ações para alcançar as metas do Plano Estadual de Educação;



Dar continuidade às ações para alcançar as metas do Plano Estadual de Saúde;



Aprimorar o índice de liquidez corrente do Estado;



Destinar mais dinheiro, pessoal e equipamentos para a prevenção e o enfrentamento de crimes de violência contra a mulher;



Tomar ações para melhoria das prisões do Estado e redução do déficit de vagas;



Colocar em prática os princípios e fundamentos do Novo Marco Legal do Saneamento Básico;



Garantir o uso efetivo dos recursos existentes nos fundos destinados à infância e adolescência, à erradicação da pobreza, ao idoso e à proteção do meio ambiente;



Repassar aos cidadãos as informações que não estão disponíveis no Portal da Transparência do Poder Executivo;



Implantar o Sistema de Informações de Custos no Setor Público;



Encaminhar projeto de lei para estruturação da Controladoria-Geral do Estado (CGE), com o ingresso dos servidores aprovados no concurso público.



Em 2023, o governo do Estado aplicou um baixo percentual do dinheiro disponível no Fundo para a Infância e Adolescência (FIA). Isso prejudica o atendimento dos direitos desse público, que deve ser prioridade absoluta, conforme a Constituição Federal.

Você sabia que a família, a sociedade e o Estado devem assegurar, à criança, ao adolescente e ao jovem, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária?

E também não podem esquecer que precisam nos manter a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



CONFIRA A ÍNTEGRA DO QUE DIZ O RELATÓRIO SOBRE **CONSIDERAÇÕES FINAIS**.

CAPÍTULO

11

PARA ONDE
VAI O \$EU
DINHEIRO

FINAL CONSIDERATIONS

The Court of Accounts of Santa Catarina (TCE/SC) reviewed the state government's 2023 accounts and concluded that the administration complied with all constitutional and legal requirements. Notably, the government adhered to the minimum required allocations for health and education, and remained within the prescribed limits for personnel expenses and public debt.

However, the TCE/SC emphasizes that the analysis must extend beyond the numbers: it is crucial to enhance the quality of services provided to the population and strengthen internal controls. The opinion for the APPROVAL of the government's accounts had one reservation and 19 recommendations.



RESULTS ACHIEVED

Total Revenue

Target*

R\$ 44,12 billion

Verified

R\$ 45,66 billion

Total Expenditure

Target*

R\$ 47,51 billion

Verified

R\$ 43,93 billion

* According to the Fiscal Targets Annex, Budgetary Guidelines Law (LDO)/2023 (Law No. 18,170/2022), amended by Annex IV of the Annual Budgetary Law (LOA) (Law No. 18,585/2022).

Recommendations



Ensure accurate reporting on revenue waivers;



Regularize pending transfers for implementing parliamentary amendments;



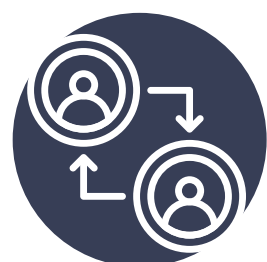
Eliminate expenses without prior commitments or accounting records;



Improve efficiency in collecting outstanding debts;



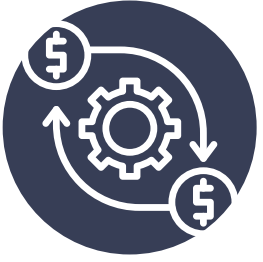
Compensate, within the state's debt, the money spent on constructions under the responsibility of the Union;



Improve internal controls to avoid divergent information concerning the state's assets;



Improve transparency, registration, and control over special transfers;



Ensure the necessary resources for the full functioning of the Public Defender's Office;



Implement measures to establish the actuarial balance of the pension system;



Continue efforts to meet the goals of the State Education Plan;



Continue efforts to meet the goals of the State Health Plan;



Improve the state's current liquidity index;



Increase funding, personnel, and equipment for preventing and dealing with crimes of violence against women;



Take action to improve state prisons and reduce the shortage of places;



Implement the principles and guidelines of the New Legal Framework for Basic Sanitation;



Ensure effective use of funds designated for children and adolescents, poverty eradication, the elderly, and environmental protection;



Provide citizens with information not yet available on the Executive Branch's Transparency Portal;



Implement the Public Sector Cost Information System;



Submit a bill to structure the State Comptroller General's Office (CGE), with the entry of those approved in the civil service entrance examination.



In 2023, the state government spent a small percentage of the money available in the Childhood and Adolescence Fund (FIA). Such underfunding adversely affects the ability to meet the rights of these groups, which should be an absolute priority according to the Federal Constitution.

Did you know that family, society and the State must ensure children, teenagers and young people the right to life, health, nourishment, education, leisure, professional training, culture, dignity, respect, freedom and family as well as community life?

And keep in mind that we should also be kept safe from all forms of neglect, discrimination, exploitation, violence, cruelty and oppression.



 CHECK OUT THE FULL REPORT IN ITS FINAL CONSIDERATIONS.

ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS



www.tcesc.tc.br



www.flickr.com/tce_sc



@tce_sc



@TribunalDeContasSC



+55 48 98808-0875



@tce_sc



@tce_sc



@TribContasSC



Isso é da sua conta



@tcesc